

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM TURISMO

Denise Holleben

TURISMO DE AVENTURA E A DEFICIÊNCIA VISUAL

Caxias do Sul
2009

Denise Holleben

TURISMO DE AVENTURA E DEFICIÊNCIA VISUAL

Dissertação submetida à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Airton da Silva Negrine

Caxias do Sul
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

H737t Holleben, Denise, 1962-
Turismo de aventura e a deficiência visual / Denise Holleben. -
2009.
100 f. ; 30 cm.

Apresenta bibliografia.
Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul,
Programa de Pós-Graduação em Turismo, 2009.
“Orientação: Prof. Dr. Airton da Silva Negrine.”

1. Turismo. 2. Deficientes visuais. I. Título.

CDU: 338.48-51-056.262

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|------------------------|-------------------|
| 1. Turismo | 338.48-51-056.262 |
| 2. Deficientes visuais | 616-056.262 |

Catalogação na fonte elaborada pelo bibliotecário
Marcelo Votto Teixeira – CRB 10/ 1974

“Turismo de aventura e a deficiência visual”

Denise Holleben

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 18 de setembro de 2009.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Ailton da Silva Negrine (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Luiz Antonio Rizzon
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Alois Pinz Falkenbach
Centro Universitário Metodista IPA



Prof. Dr. João Carlos Jaccottet Piccoli
Centro Universitário FEEVALE

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
Biblioteca Central

AGRADECIMENTOS

Ao meu incansável incentivador e orientador prof. Airton Negrine
que não me deixou ir embora.

Ao meu pai (falecido) e minha mãe que sempre foram exemplo de coragem,
esforço e determinação para enfrentar a vida.

Aos meus filhos, Tarin e Diogo por serem fonte incentivadora do desafio, que minha
atitude tenha servido de exemplo para suas vidas e conquistas.

Ao Paulinho, Márcio, Fiorin e Evandro, bravos companheiros,
apoiadores incansáveis sem os quais certamente eu teria abandonado a aventura.

Aos queridos, novos e grandes amigos aventureiros especiais da ADVBG que
comigo se propuseram a escrever um novo capítulo de nossa história e provar que
não há limites no mundo para quem quer ser feliz.

Aos meus colegas e “chefas”, pela força e incentivo que me deram
durante todo o processo.

E aquela turma toda de jovens colegas, Nandri, Sandra, Ritinha,
Leslie, Denis e Paula bravos escudeiros.

RESUMO

A pesquisa tem como tema o Turismo de Aventura praticado pelo deficiente visual. A escolha foi feita em função de motivações pessoais e da relevância do assunto no âmbito do turismo, no momento em que se ampliam as possibilidades de reconhecimento da cidadania das pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. O estudo teve como participantes portadores de deficiência visual congênita e adquirida. O referencial teórico pertinente ao Turismo de Aventura e a Deficiência Visual ainda é muito escasso, mas não foi fator que impedisse a realização da pesquisa, uma vez que o propósito foi produzir um trabalho acadêmico que abrisse mais uma janela no âmbito do turismo. Sob perspectiva do paradigma qualitativo, utilizou-se a metodologia descritiva do tipo estudo de caso. O quadro teórico engloba os seguintes tópicos: a) análise do objeto de estudo em questão; b) o turismo de aventura; c) a deficiência; d) estudo da deficiência visual, especificidades e características dos participantes; e) descrição das atividades de aventura como arvorismo, escalada, rapel e tirolesa; e, f) procedimentos técnicos que nortearam a realização das atividades. Os participantes do estudo foram 7 pessoas portadoras de cegueira congênita e adquirida na faixa etária entre 31 a 74 anos. A pesquisa de campo foi realizada no Alpen Park, na cidade de Canela/RS, local em que são oferecidos pela Empresa Atitude, Ecologia e Turismo atividades de Turismo de Aventura. O procedimento utilizado como os deficientes visuais nas atividades de aventura estudadas seguiu a mesma rotina utilizada com videntes. A coleta de informações englobou registros de dados cadastrais dos participantes, entrevistas semiestruturadas aplicada aos participantes, memoriais descritivos elaborados pelos participantes após a realização das atividades de aventura, memorial descritivo elaborado pela pesquisadora a partir das observações de campo, análise de vídeos e de acervo fotográfico construído a partir da experiência empírica com os DVs. As informações recolhidas são descritas e analisadas à luz do problema e dos sujeitos do estudo. As discussões e interpretação das informações se dão a partir de unidades de significados e categorias de análise. Os resultados apontam que o turismo de aventura é percebido pelos deficientes visuais como uma atividade que lhes proporciona satisfação e bem estar na superação do que poderia ser limitador aos portadores desta deficiência. O estudo indicou que não há necessidade de adaptações técnicas para que os DV pratiquem e desfrutem do turismo de aventura. O Turismo de Aventura é um segmento de mercado latente e pronto para ser explorado inclusive com deficientes visuais.

Palavras-chave: Turismo de aventura. Deficiência visual. Percepção

ABSTRACT

The research is about the Adventure Tourism practiced by visual disability. The choice was made based on personal motivations and the relevance of the issue within the tourism, when we are expand the possibilities of recognition of the citizenship of people with some type of disability. The study participants as people with visual disabilities congenital and acquired. The theoretical framework relevant to the Adventure Tourism and Visual Disabilities is still scarce, but they are not factors which prevent the achievement of research, since the purpose was producing a scholarly work that opens another window in the context of tourism. On a qualitative view of the paradigm, we used the methodology of the descriptive type of case study. The theoretical framework includes the following topics: a) analysis of the object of study in question; b) the adventure tourism; c) the disability; d) the disability visual study, specificities and characteristics of the participants; e) description of the activities like trees adventures, climbing, rappel and tyrol, and f) technical procedures that guided the implementation of activities. The participants were 7 people with congenital and acquired blindness in the age group between 31 to 74 years. The fieldwork was realized in Alpen Park, located in Canela/RS, where they are supplied by the Company Attitude, Ecology and Tourism Activities of Adventure Tourism. The procedure used for the visual disabilities in activities of adventure studied followed routine used with visionaries. Data collection included records of cadastral data of the participants, semi-applied to interview participants, descriptive memorial prepared by the participants after the completion of the activities of adventure, descriptive memorial developed by the researcher from the field observations, analysis of video and photographic collection constructed from the empirical experience with the DVS. The information collected is described and analyzed in light of the problem and subject of study. The discussion and interpretation of information is given as units of meaning and categories of analysis. The results indicate that the adventure tourism is perceived by the blind as an activity that provides them satisfaction and well being in overcoming what might be limiting this to people with these disabilities. The study indicated that there is no need for technical adaptations to the DVS practice and enjoy the adventure tourism. The Adventure Tourism is a latent market segment and ready to be exploited even with the blind.

Key words: Adventure tourism. Visual deficiency. Perception

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: escolhas das atividades de aventura pelos entrevistados da pesquisa na Feira REATECH 2006	24
Figura 2: Paulo sendo equipado com cadeirinha	54
Figura 3: Juliana já equipada	55
Figura 4: O Guia Fiorin aplicando o treinamento de articulação do vagão no cabo de segurança com o DV Paulo.....	56
Figura 5: O DV Paulo praticando Arvorismo acompanhado do guia Evandro	57
Figura 6: O guia Fiorin fazendo a segurança e o Sr. João (DV) iniciando a Escalada.....	59
Figura 7: Sr. João (DV) praticando a atividade de Escalada.....	60
Figura 8: Torre de Rapel	61
Figura 9: O guia Márcio orientando o Dv Bruno para o procedimento de descida do Rapel.....	62
Figura 10: Os Guias Márcio e Evandro na base da torre de Rapel descrevendo como aconteceria a atividade ao grupo de DVs.....	63
Figura 11: Paulo praticando Rapel na torre de 15m de altura.....	64
Figura 12: Everaldo na plataforma de saída da Tirolesa.....	65
Figura 13: Márcio no início da Tirolesa gritando para os Dvs perceberem a extensão do percurso.....	66
Figura 14: Everaldo chegando da Tirolesa.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas do estudo realizadas	51
Quadro 2: Síntese dos Instrumentos de Coleta de Dados	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados do IBGE quanto ao percentual de deficientes por regiões no Brasil	22
Tabela 2: População residente no Brasil com deficiência	23
Tabela 1: Dados do IBGE quanto ao percentual de deficientes por regiões no Brasil	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.1 Garimpendo Conceitos	13
1.1.1 <i>Turismo</i>	13
1.1.2 <i>Turismo de Aventura</i>	15
1.1.3 <i>Turismo e Deficiência</i>	20
1.1.4 <i>A Deficiência Visual</i>	24
1.1.4.1 <i>Preliminares</i>	24
1.1.4.2 <i>A Cegueira na Perspectiva Teórica de Vygotski</i>	27
1.1.5 <i>Percepção e Turismo</i>	34
1.2 Estudos de pesquisa no âmbito do turismo de aventura e da deficiência visual	32
1.2.1 <i>Turismo de Aventura: Motivações e Significados</i>	32
1.2.2 <i>Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica</i>	43
2 METODOLOGIA	47
2.1 Caracterização do Estudo	47
2.2 Etapas do Estudo	51
2.3 Síntese dos Instrumentos de coleta de dados	51
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE	51
3.1 Descrição e análise das informações preliminares na prática do turismo de aventura	51
3.2 Descrição dos equipamentos utilizados nas atividades de aventura estudadas	52
3.3 Descrição comparativa das práticas de turismo de aventura estudadas com videntes e deficientes visuais	54
3.3.1 <i>Arvorismo</i>	54
3.3.2 <i>Escalada</i>	58
3.3.3 <i>Rapel</i>	61
3.3.4 <i>Tirolesa</i>	64
3.4 Descrição das categorias de análise	67
3.4.1 <i>Expectativas dos Deficientes Visuais</i>	67
3.4.2 <i>Preferências, aspectos sociais e dificuldades decorrentes das práticas de aventura</i>	70
4 DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE A - Ficha cadastral	81
APÊNDICE B - Roteiro da entrevista	82
APÊNDICE C - Relatório de observação	83
APÊNDICE D - declaração e permissão	84

APÊNDICE E - Apresentação da dissertação em braile85
ANEXO 1 - NBR 15286.....85

INTRODUÇÃO

O turismo por muito tempo foi atividade de lazer para as pessoas de bom nível sócio-econômico, sendo pouco acessível para as pessoas de menor poder aquisitivo. Este posicionamento veio mudando com o passar dos anos. O turismo no mundo, mais do que uma alternativa de lazer para a elite, passou a se constituir em uma atividade econômica importante para as localidades, regiões e países.

Com a criação do Ministério do Turismo no Brasil, em 2003, o desafio foi reconhecer o turismo como atividade efetivamente capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, contribuir para a redução das desigualdades, ampliar a distribuição de renda e preservar nossas heranças culturais e naturais. De acordo com o que consta no Plano Nacional de Turismo para o período 2007/2010 (2007), o turismo, hoje, já é o quinto principal produto gerador de divisas em moeda estrangeira para o Brasil.

Contudo, a atividade turística requer que se delimitem as especificidades e características de cada segmento que englobam, uma vez que o marco conceitual é limitado e pouco abrangente. Para alguns teóricos, o Turismo de Aventura é uma derivação do Ecoturismo, bem como o Turismo de Esportes.

Importante também é entender que, sobre a ótica do turista, o interesse social concentra-se no turista em si, como um sujeito pertencente a determinados grupos e este pertencimento é que gera a segmentação.

No Código Mundial de Ética do Turismo observa-se que uma das finalidades do turismo é promover a atividade de forma responsável, sustentável e acessível a todos. Sendo assim, os deficientes visuais (DVs) estão inseridos neste contexto como tantos outros grupos minoritários que devem ser contemplados pela atividade turística.

O tema deficiência visual sempre foi uma inquietação para a pesquisadora que conviveu com a avó paterna que ficou cega acometida de um glaucoma. O fato de conviver com uma familiar que precisava o tempo todo que alguém lhe relatasse os fatos que ocorriam ao seu redor ou que a guiasse para onde quisesse, com independência relativa, era muito angustiante. A fragilidade da minha avó a partir do acometimento da cegueira me entristecia e revoltava.

Naquele momento da minha vida, eu passava boa parte do tempo relatando a minha avó tudo com uma grande riqueza de detalhes, com a convicção que assim

eu estaria contribuindo para suprir a sua ausência de visão. Na realidade eu narrava “minhas impressões” sobre os fatos e imagens pelos quais ela demonstrava interesse em saber. Neste período da vida de minha avó, seus lazeres ficaram restritos a receber visitas, ouvir rádio e o som da televisão durante anos a fio sentada num sofá.

Por influência de um colega acabei disputando uma vaga no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Turismo da UCS. A inquietação inicial em ter que eleger um tema e, posteriormente, um problema de pesquisa, floresceu de forma rápida. De um lado, a deficiência visual em função da minha história de vida, de outro tinha o contato com a natureza vinculado à atividade turística, uma vez que sou Bacharel em Turismo.

Pesquisar a relevância do Turismo de Aventura para os DVs, além do desafio profissional que se apresenta, foi a oportunidade que encontrei para contribuir de forma significativa na produção do conhecimento sobre o Turismo para Pessoas Especiais, mais especificamente, para os portadores de deficiência visual.

As informações preliminares realizadas sobre o tema me indicaram que eram reduzidos os estudos no âmbito da Educação Física e da Pedagogia, associadas à deficiência visual. Quanto ao Turismo de Aventura relacionado com deficientes visuais, não foi encontrado nenhum estudo acadêmico no contexto brasileiro a partir do rastreamento teórico feito.

A princípio, quando falamos de Turismo de Aventura para Deficientes, pensamos logo nas limitações. Superação talvez seja a palavra que mais traduza a prática de Turismo de Aventura para estas pessoas, pois qualquer indivíduo pode e deve constantemente se superar, inclusive o indivíduo portador de deficiência. Existe uma grande quantidade de atividades na natureza que podem ser praticadas por uma pessoa com deficiência. Percebe-se que os DVs não exigem grandes adaptações.

Apesar de alguma limitação dos DVs, é possível manter uma vida saudável e encontrar a felicidade através da atividade ao ar livre, inclusive através da segmentação do turismo de aventura. E quando falamos de atividades praticadas junto à natureza, esse benefício se potencializa. Qualquer que seja a deficiência, sempre haverá alguma atividade de aventura possível de ser praticada, cujos benefícios sociais são evidentes do ponto de vista da integração e das oportunidades.

Considerando o objeto de estudo e o contexto que se pretende investigar, formulou-se o seguinte problema:

Qual a percepção pessoal do deficiente visual quando pratica turismo de aventura nas modalidades de Arvorismo, Escalada, Rapel e Tirolesa?

Com base no problema de pesquisa, a variável independente do estudo é a percepção pessoal. As variáveis dependentes são as modalidades de turismo de aventura praticadas pelos deficientes visuais. As variáveis de controle são gênero, deficiência visual congênita e adquirida, experiências dos participantes do estudo em turismo de aventura.

Com o propósito de responder o questionamento principal da pesquisa, formularam-se as seguintes questões:

Questão 1: Existem fatores impeditivos para que o deficiente visual pratique Turismo de Aventura, nas modalidades estudadas?

Questão 2: O Turismo de Aventura nas modalidades estudadas requerem adaptações para a prática de deficientes visuais?

Questão 3: Os deficientes visuais percebem de forma positiva as práticas de Turismo de Aventura? Sim, Não, Por quê?

Questão 4: Quais os sentimentos que o Turismo de Aventura desperta no deficiente visual pré e pós realização das atividades?

Tomando como referências o problema e as questões de pesquisa, formularam-se os seguintes objetivos.

- a) Identificar se existem fatores impeditivos para que os deficientes visuais pratiquem Turismo de Aventura;
- b) Descrever possíveis adaptações nas práticas de Arvorismo, Escalada, Rapel e Tirolesa quando os praticantes são portadores de deficiência visual;
- c) Enumerar fatores positivos e negativos percebidos pelos deficientes visuais na prática do Turismo de Aventura;
- d) Descrever emoções e sentimentos dos deficientes visuais nos momentos que antecedem e sucedem a prática do Turismo de Aventura nas modalidades estudadas.

A pesquisa é limitada por reduzida população alvo portadores de deficiência visual. Sete (7) foram os casos estudados, sendo dois (2) portadores de deficiência visual congênita e cinco (5) portadores de deficiência visual adquirida. Os

participantes do estudo realizaram as atividades de aventura como voluntários, sendo que dois (2) realizaram as atividades pela primeira vez, e os demais já haviam tido experiências anteriores em atividades de aventura. Destaca-se que na modalidade de Arvorismo todos os participantes do estudo realizaram esta atividade pela primeira vez no momento da experiência empírica.

Os resultados do estudo devem ser interpretados única e exclusivamente em relação ao contexto do estudo, sem intenção e pretensão de generalizar os achados, uma vez que as modalidades do Turismo de Aventura ainda são pouco difundidas como produtos voltados aos portadores de deficiências visuais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscando, então, compreender o significado que os deficientes visuais atribuem ao turismo de aventura, faz-se necessária uma discussão teórica dos conceitos ligados ao tema para melhor compreensão e posterior interpretação dos significados.

A construção de uma sociedade participativa e igualitária tem como um de seus princípios a interação efetiva de todos os cidadãos. Nesta perspectiva é fundamental a construção de políticas de inclusão para o reconhecimento das diferenças e uma revisão conceitual que conceda oportunidades de participação de todos, com direito de igualdade e de acordo com suas especificidades (CONFORTO & SANTAROSA, 2006).

A idéia de estender a experiência do turismo de aventura para deficientes visuais decorre da riqueza de sensações e emoções proporcionadas pelo contato com a natureza. Consideramos importante proporcionar a este segmento de mercado mais uma oportunidade de inserção social e conseqüentemente melhoria da qualidade de vida, através de estímulos sensoriais e possibilidade de desenvolvimento das capacidades motoras de forma divertida e saudável em contato direto com a natureza. Para tal inicia-se o estudo através de uma releitura teórica acerca dos conceitos de:

- a) Turismo;
- b) Turismo de Aventura;
- c) Deficiência;
- d) Deficiência Visual;
- e) Percepção e Turismo

1.1 Garimpando conceitos

1.1.1. Turismo

A natureza diversificada do turismo se traduz na dificuldade de definir e de conceituar a atividade. Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (1999): “o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens

e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo e inferior a um ano, por motivo de férias, negócios e outros.”

Essa definição padrão de Turismo proposta pela OMT é pelo menos limitada quando comparada a definições de estudiosos do tema. A discussão sobre o desenvolvimento da atividade turística é dinâmica e tem características similares a outros setores, como o da economia, já que o turismo também é uma atividade econômica de iniciativa privada, mas com participação determinante do poder público que define política e ações para organização, articulação e integração entre os segmentos envolvidos.

Esta opinião está apoiada nas palavras de Beni (2001, p.20), quando afirma que “[...] em face de seus importantes efeitos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, o Turismo, organizado e planejado, é poderoso instrumento de aceleração ou complementação do processo de desenvolvimento.” O autor conceitua Turismo como:

Um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade competitivos. (BENI, 1998, p. 120).

Na opinião da pesquisadora, o conceito de Beni condiz com a dinâmica da atividade turística, uma vez que a considera mais abrangente, além de contemplar a complexidade que o turismo envolve. Essa reflexão é para destacar que quando se compara o conceito de turismo apresentado por Beni e o da OMT, é visível que o conceito de Beni é mais amplo e que melhor define turismo.

Por outro lado, a OMT (1999) propõe que transformar a atividade turística em instrumento eficaz de inclusão social é fundamental para o desenvolvimento do turismo sustentável. A motivação e a conduta dos turistas se caracterizam, cada vez mais, pelo crescimento da seletividade ao escolher o destino e pelas exigências de qualidade da experiência no local.

Não obstante, a OMT (1999) demonstra preocupação com a sustentabilidade da atividade turística no futuro definindo que o “turismo sustentável é a atividade que

satisfaz as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro.”

As discussões sobre o tema indicam que o século XXI será marcado como o século do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente. O turismo ambiental e sustentável no Brasil apresenta um potencial diferenciado quando comparado a outras nações.

Com visão globalizada e com o foco no mercado internacional, o Mtur do Brasil elencou 65 destinos turísticos distribuídos em todo território nacional dentro dos padrões mundiais de qualidade de atendimento a turistas, estes destinos foram chamados de Destinos Indutores. A estimativa do Ministério do Turismo é de que o incremento destes destinos vai gerar 1,7 milhões de empregos e ampliar a oferta de produtos para todos os consumidores, inclusive os de baixa renda, os da melhor idade e os deficientes.

1.1.2 Turismo de Aventura

O “Turismo de Aventura” é mais uma modalidade da atividade turística, que se apresenta como objeto deste estudo. O primeiro desafio com o qual se deparou a pesquisadora foi encontrar literatura pertinente ao sentido e significado atribuídos aos termos.

Consta que o Turismo de Aventura, de acordo com o Relatório Diagnóstico do turismo de Aventura (2006, p.47) é:

O segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvem riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural.

Esta definição foi inicialmente aceita e utilizada no Brasil como produto da Oficina para a Elaboração no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizada em Caeté, Minas Gerais, em abril de 2001. Estas informações constam no Relatório Diagnóstico do Turismo de Aventura publicado pelo Ministério do Turismo (2005).

O Diagnóstico do Relatório do Ministério do Turismo (2005) enfatiza que as atividades de turismo de aventura são aquelas oferecidas comercialmente,

usualmente adaptadas das atividades esportivas de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos. O grifo é feito com objetivo de destacar que o Ministério do Turismo sinaliza que a atividade de Turismo de Aventura está ancorada como um produto que é comercializado, o que justifica regulamentação, normatização e certificação, conforme ocorre atualmente no Brasil por iniciativa do Ministério do Turismo.

Embora o Turismo de Aventura seja uma modalidade turística relativamente recente no Brasil, uma Pesquisa realizada com o público da *Adventure Sports Fair* em 2004, que relacionou as Modalidades de Turismo de Aventura versus frequência com que é praticada, a Escalada aparece em sexto lugar e Arvorismo em décimo terceiro, respectivamente numa escala dos dezenove mais praticados. Este estudo encontra-se publicado no Relatório Diagnóstico publicado pelo Ministério do Turismo (2005). O destaque das 2 modalidades de atividade de aventura justifica-se na medida em que elas também fizeram parte das modalidades praticadas pelos deficientes visuais participantes do estudo realizado.

O Relatório Diagnóstico, publicado em 2005, serviu de referência ao impresso do Ministério do Turismo sobre o Turismo de Aventura, publicado em 2006, cujo documento considera que este segmento deve ser entendido como uma atividade associada ao Ecoturismo, que possui características próprias, sejam elas estruturais ou de consistência mercadológica. No referido impresso consta também que o Turismo de Aventura (2005, p.9) “[...] compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”.

Os termos “movimentos turísticos” constantes no conceito anterior devem ser entendidos como os deslocamentos e estadas que presumem a efetivação de atividades consideradas turísticas. Logo o Turismo de Aventura, segundo o impresso do Ministério do Turismo (2006) é a segmentação gerada pela prática de atividades de aventura que envolve oferta de serviços, equipamentos e produtos como hospedagem, alimentação, transporte, recepção e condutas de turistas, recreação e entretenimento, operação e agenciamento e outras atividades que existam em função da atividade turística.

O impresso do Ministério do Turismo (2006), vai mais além para explicar o turismo de aventura ao definir as “práticas de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”. Consideram-se atividades de aventura as experiências

físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafio, riscos avaliados, controláveis e assumidos que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer, superação, a depender da expectativa e experiência de cada pessoa e do nível de dificuldade de cada atividade.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura (ABETA), as características básicas das atividades de Turismo de Aventura apresentam variáveis como diversidade (1), riscos controláveis (2) e participação e interação (3). Diversidade no sentido da variedade de atividades de aventura e de locais das respectivas práticas. Riscos controláveis no sentido que podem variar de intensidade, conforme a exigência de cada atividade, capacidade física e psicológica do turista, pois a segurança é um dos requisitos imprescindíveis para realização da atividade turística de aventura. Participação e interação porque a atividade de aventura favorece o estreitamento da relação positiva entre os turistas, dos turistas com o guia e o condutor, e do turista com o meio ambiente.

Tendo como referência que o Turismo de Aventura utiliza três elementos da natureza para oferecer os produtos: terra, água e ar. A investigação realizada ficou limitada a uma reduzida população alvo portadores de Deficiência Visual e ao Arvorismo, Escalada, Rapel e Tirolesa do “elemento terra” utilizados como atividade de aventura na pesquisa.

De acordo com o impresso do Ministério do Turismo (2006),

a) Arvorismo é a locomoção por percurso em altura, instalado em árvores e outras estruturas construídas.

b) Escalada é ascensão de montanhas, paredes artificiais, blocos rochosos utilizando técnicas verticais.

c) Rapel é a técnica vertical de descida em corda. Por extensão, nomeiam-se, também, as atividades de descida que utilizam essa técnica.

d) Tirolesa como os deslizamentos entre dois pontos afastados horizontalmente em desnível, ligados por cabo ou corda.

Os conceitos de Arvorismo, Escalada, Rapel, Tirolesa com os mesmos sentidos e significados apresentados anteriormente, encontram-se definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Seguindo as tendências internacionais de prevenir acidentes nessa prática e tornar o Brasil mais competitivo com os outros destinos de Turismo de Aventura, o Ministério do Turismo (Mtur), promoveu o desenvolvimento de normas de segurança por meio do Comitê

Brasileiro do Turismo que é vinculado a ABNT. Normas que devem ser seguidas pelas empresas que operam com este tipo de segmentação do turismo.

É importante destacar que as publicações pertinentes ao Turismo de Aventura, ao Ecoturismo e ao Esporte de Aventura no Brasil, tiveram um grande impulso a partir de 2004.

Farah (2005) afirma que atividades como o Arvorismo, Escalada, Rapel e Tirolesa estão entre os elementos da natureza (terra) mais oferecidos no Brasil. Todavia, a autora não apresenta argumentos ou referências científicas que atestem suas afirmações. A autora também faz uma discussão conceitual entre o Turismo de Aventura e outras segmentações como o Ecoturismo e o Turismo Esportivo. Sua opinião é que o Turismo de Aventura vai além de uma prática esportiva e que o Ecoturismo é praticado apenas na natureza. Entende a autora que o mesmo não acontece com a atividade de aventura. Isto significa que uma atividade desse tipo pode ser realizada num ambiente artificial, como Parede de Escalada ou Torre de Rapel, ao ar livre ou *“in door”*.

A discussão que se faz é pertinente na medida em que os participantes do estudo, os Dvs, praticaram suas atividades também em estruturas artificiais como a torre de Rapel e na parede de Escalada. As atividades de aventura de Arvorismo, Escalada, Rapel e Tirolesa as quais os DV vivenciaram não necessitaram de nenhuma adaptação de infraestrutura física. Foram seguidas as mesmas normas de segurança utilizadas para videntes.

Para Swarbooke (2003), o termo aventura é evocativo para muitas pessoas, pois quando se ouve esta palavra, nossa mente é inundada por diversas imagens e associações. O autor afirma ainda, que as características ou qualidades fundamentais da aventura são: resultados incertos, perigo e risco, desafio, expectativa e recompensa, novidade, estímulo e, por último, exploração e descoberta. Machado (2005) é de opinião que a atividade de aventura não se resume ao momento de sua prática. Ela tem alto índice de preparação, a expectativa do que será realizado, dos riscos, da sensação de se estar buscando a superação de medos e limites e a possibilidade de satisfação com a conquista de algo diferente. E tudo isso em contato direto com o ambiente natural onde a descoberta dos valores mais íntimos se manifesta de forma mais aguçada e prazerosa.

A palavra aventura remete a pensar em algo, como diferentes experiências sensoriais e sensitivas, física e recreativa, com risco calculado e controle. Para algumas pessoas provoca sensações de prazer, de superação, de liberdade.

Inicialmente tratado como um dos segmentos do turismo de natureza, as atividades de turismo de aventura se disseminaram no Brasil nos últimos anos, desenvolvendo características próprias, com empresas e profissionais especializados. Dentro do contexto, na Serra Gaúcha onde aconteceu o estudo, no Alpen Park, na cidade de Canela, atrai turistas de todo o país e do exterior uma vez que o lugar é privilegiado pelo relevo e paisagens exuberantes o que propicia este segmento do turismo.

Millington (2001) define turismo de aventura como uma atividade de lazer que ocorre em um destino original e exótico, remoto ou selvagem. Diz o autor que tem de estar associado aos altos níveis de atividade do participante, especialmente em ambientes livres, onde o viajante tem a expectativa de enfrentar vários níveis de risco, emoção, tranquilidade e de ser pessoalmente testado, sempre na busca do desafio pessoal.

A análise crítica dos conceitos anteriormente discutidos permite que se conclua que o conceito de Turismo de Aventura, na opinião de Álvaro Machado (2005), é estendido, já que considera não somente as sensações provocadas pela atividade em si, mas a preparação e os sentimentos “*a posteriori*”. A prática do Turismo de Aventura oportuniza uma relação estreita entre o turista e o meio ambiente, e daquele com os guias e especialistas que acompanham o turista na aventura.

A diversidade de práticas de aventura que formam este segmento varia em função dos territórios em que são operados, dos equipamentos, habilidades e técnicas exigidas em relação aos riscos de cada modalidade praticada.

Os impactos econômicos desse segmento não se limitam aos destinos turísticos. Diversos envolvidos, que de modo geral não estão sediados nos núcleos receptores, são diretamente impulsionados – fornecedores de equipamentos, seguradoras, outros produtos e atividades associadas. Diante disso e considerando as especificidades desse segmento, principalmente quanto ao quesito segurança, verificou-se a necessidade de delimitar a sua abrangência em relação a outros tipos de turismo, tanto para embasar a formulação e execução de políticas públicas como também subsidiar os interessados quanto às características e questões legais que podem implicar nas relações de mercado.

Assim, as atividades de aventura pressupõem determinado esforço e riscos até certo ponto controláveis, e que podem variar de intensidade conforme a exigência de cada atividade e a capacidade física e psicológica do praticante. Isso requer que o Turismo de Aventura seja tratado de modo particular, especialmente quanto aos aspectos relacionados à segurança. Devem ser trabalhados, portanto, regulamentos, processos de certificação, diretrizes, estratégias, normas, e outros instrumentos e marcos específicos.

Outra tarefa de singular importância diz respeito à definição do perfil do turista de aventura. Definir o turista de aventura não é tarefa fácil, pois a atividade atrai públicos distintos, mas com algumas características gerais. Tanto ou mais difícil é definir o perfil do turista de aventura portador de deficiência visual, neste estudo o grupo foi extremamente heterogêneo tendo como característica geral a deficiência visual.

As empresas que operam com o Turismo de Aventura tiveram uma expansão mercadológica natural. Em uma análise junto ao Mtur constata-se que 2.039 organizações oferecem serviços de turismo de aventura no Brasil. Este crescimento sinalizou a necessidade de uma ordenação, regulamentação e normatização para empresas que atuam nesse setor. Então, em agosto de 2004, na *Adventure Sports Fair* – feira esportiva que acontece na cidade de São Paulo, foi criada a ABETA – Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura.

O Turismo de Aventura tem despertado muito interesse por parte de alguns segmentos sociais, principalmente aqueles preocupados com as questões ambientais. Percebe-se um impulso ético de mudança de atitude em relação ao próximo e ao meio ambiente, uma necessidade de aprender com o outro, de respeitar a diversidade em todas suas manifestações sejam elas físicas, afetivas, culturais ou ambientais. Os participantes deste projeto de pesquisa não são os turistas que buscam esse tipo de turismo, mas pessoas portadoras de deficiência visual que buscam nesta atividade apenas uma oportunidade de lazer ao ar livre.

1.1.3 Turismo e Deficiência

Minha caminhada profissional no âmbito do Turismo fez com que muitas reflexões fossem amadurecendo até meu ingresso no Mestrado de Turismo. Dentre as experiências de vida, duas posso dizer que foram determinantes na escolha do

tema de pesquisa. Em primeiro lugar, a cegueira de minha avó, já comentado anteriormente. Outro episódio relevante foi quando conheci o personagem Dadá Moreira, fundador da ONG “Aventura Especial”. Associação civil de direito privado, de caráter social, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que tem como objetivo incluir Pessoas com Deficiência no turismo de aventura e no ecoturismo. Esta ONG criou um projeto com o seguinte *slogan*: “Esporte de Aventura Adaptado - atividade física só traz benefícios, tanto físicos como psicológicos”.

Dadá Moreira, aos vinte e nove anos de idade, começou a sentir os primeiros sintomas de um problema neurológico chamado Ataxia¹. Esta enfermidade compromete o equilíbrio corporal, a coordenação motora dos segmentos superiores, fala e visão. Quando adulto, a Ataxia havia evoluído, comprometendo sua vida profissional de jornalista e fotógrafo. O jovem Dadá descreve que ficou muito abatido e que se sentia o único no mundo com aquela moléstia.

Relatou que passou três anos fazendo tratamentos inócuos, uma vez que cada especialista lhe recomendava outro. Ele achava que sua vida estava acabada para as coisas que tanto amava: o turismo e os esportes de aventura. Na mesma época, o jovem jornalista acompanhava o crescimento do ecoturismo e do turismo de aventura, e lamentava ter que ficar de fora daquelas atividades.

Com o passar do tempo, as dificuldades provocadas pelos problemas neurológicos foram aumentando, tendo cada vez mais dificuldades para falar e caminhar, momento em que resolveu enfrentar o problema para voltar a ter prazeres fazendo as coisas que mais gostava na vida.

Após a criação da ONG, o jovem Dadá passou a exercer pressão sobre o poder político para que os deficientes tivessem espaços e oportunidades como as pessoas não portadoras de deficiência¹. Entre as realizações da ONG Aventureiros Especiais, a mais significativa aconteceu em parceria com o Ministério do Turismo. Na oportunidade foram feitos vários testes de campo com deficientes físicos, como o sensorial, mental e múltipla. Entre eles, estava um amputado, um paraplégico, um tetraplégico, um visual, um surdo cego, um com paralisia cerebral, um atáxico e um portador da Síndrome de Döwn. Todos experimentaram atividades de aventura, como Rapel, Rafting, Tirolesa, Bóia-cross, Acqua-ride e Off-road, com o intuito de

¹ **Ataxia** é a falta de coordenação dos movimentos que pode afetar a força muscular e o equilíbrio de uma pessoa. Normalmente associada a uma degeneração ou bloqueio de áreas específicas do cérebro e cerebelo.

avaliar as necessidades de adaptações e condutas a serem seguidas pelos profissionais do turismo. Além das adaptações físicas de equipamentos, também foram criadas condutas e procedimentos de comunicação alternativa, para interagir com as pessoas com deficiências sensoriais, durante as atividades.

Uma equipe multidisciplinar de treze profissionais, entre eles fisioterapeutas, médicos e voluntários, levantaram as necessidades de adaptações para viabilizar a prática das atividades. A formatação desse novo produto turístico adaptado no Brasil serve como referência internacional de turismo de aventura adaptado. O projeto tem como palco a cidade de Socorro, no estado de São Paulo e pretende atender a demanda crescente deste público específico.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU²) estima-se que 610 milhões de pessoas apresentam uma forma ou outra de deficiência física ou mental. No Brasil, o IBGE pesquisa e divulga estatísticas que dão a conhecer muitas informações sobre a população brasileira. Segundo dados do IBGE (2000), existem 24,5 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, que representam 14,9% da população. Outra informação relevante quanto ao tema, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, é que diariamente 500 pessoas tornam-se portadoras de algum tipo de deficiência no Brasil, vítimas de doenças, violência urbana ou acidentes.

É importante e necessário conceituar deficiência. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), **Deficiência** é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função cinética, fisiológica ou anatômica. A tabela 1 apresenta dados referentes ao percentual por região de deficientes no Brasil.

Tabela 1: Dados do IBGE quanto ao percentual de deficientes por regiões no Brasil.

Grandes Regiões	Proporção da população residente, portadora de pelo menos uma das deficiências investigadas (%)		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	14,5	14,3	15,2
Norte	14,7	15,7	12,5
Nordeste	16,8	17,0	16,3
Sudeste	13,1	13,0	13,8
Sul	14,3	13,8	16,5
Centro-Oeste	13,9	14,0	13,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

² Organização Mundial do Turismo (1994). Disponível em: <www.unwto.org/index.phpomt.com.br>. Acesso em 13 de jan. 2009.

A tabela 2, desenvolvida pelo IBGE apresenta dados referentes à população residente deficiente. Segundo o IBGE os estados com maiores números de portadores de deficiência são: São Paulo (1º lugar), Minas Gerais (2º), Rio de Janeiro (3º), Bahia (4º), Rio Grande do Sul (5º), Paraná (6º), Pernambuco (7º), Ceará (8º), Pará (9º) e os demais estados.

Tabela 2: População residente no Brasil com deficiência

		Pelo menos uma das deficiências enumeradas	Deficiência Mental	DEFICIENCIA FISICA		DEFICIENCIA VISUAL		
UF	Total (1)(2)	Pelo menos Uma das Deficiências Enumeradas	Deficiência Mental permanente	Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	Falta de Membro ou parte dele (3)	Incapaz de enxergar	Grande dificuldade permanente de enxergar	Alguma dificuldade permanente de enxergar
Brasil	169872856	24600256	2844937	937463	478597	148023	2435873	14060946
SP	37035456	4203632	547314	193401	93476	23859	348757	2265571
MG	17905134	2667709	351797	101577	50603	14019	271397	1419085
RJ	14392106	2131762	254445	85599	35367	14418	191336	1178121
BA	13085769	2046326	223815	75835	36567	15369	199342	1212927
RS	10187842	1535587	170133	51453	32746	7682	146574	825795
PR	9564643	1297877	156993	53655	30455	6660	128174	715148
PE	7915429	1379704	152715	49436	21644	9340	146408	808516
CE	7431597	1288797	132527	42513	19193	9229	144695	777660
PA	6195965	945800	86719	31095	21528	5936	106891	596044

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Por outro lado, a legislação brasileira estabelece que a acessibilidade é obrigatória no País, em cumprimento às Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000 e orientada pelas Normas da ABNT 9050:2004.

Preocupado com a falta de adequação dos equipamentos turísticos para os deficientes, o Ministério do Turismo, publicou o Manual de Orientações denominado Promoção da Acessibilidade em Equipamentos, Atrativos e Serviços Turísticos. No manual constam as leis pertinentes à acessibilidade e as normas ABNT NBR 9050/2004 que tratam da acessibilidade, edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, para que a pessoa portadora de deficiência possa transitar sem obstáculos pelos espaços públicos e privados que oferecem serviços turísticos.

Estas normativas são de suma importância para os que pretendem adequar seus produtos para receber pessoas portadoras de diferentes deficiências. Pesquisa realizada pela ONG Aventura Especial, durante a Feira REATECH 2006, no Centro de Convenções Imigrantes em São Paulo, teve como objetivo auferir o perfil dos portadores de necessidades especiais presentes no evento. Os sujeitos pesquisados naquela ocasião foram 294 e os resultados foram os seguintes:

- 1) A maioria dos pesquisados viaja pelo menos 1 vez por ano.

2) Os deficientes costumam viajar predominantemente com seus familiares - 55%; com acompanhantes - 22%; sozinhos 18%, sozinhos e em excursões – 5%.

3) O estudo apontou que 48% dos entrevistados programam suas viagens por conta própria e 35% recorrem aos seus familiares.

4) Na escolha do destino, os itens mais importantes no momento da escolha são 40% onde tenham amigos e parentes, 34% atrativos interessantes, 18% infraestrutura hoteleira adaptada.

5) A hospedagem predominante é a casa de amigos ou parentes (49%) mas a procura por hotéis/flats foi considerável, 35% .

6) A maior dificuldade encontrada nos destinos escolhidos foi a falta de infraestrutura aos portadores de necessidades especiais, com 58%.

7) Dentre as práticas de atividades preferenciais mais citadas entre os entrevistados estão: a natação, o futebol, o basquetebol e o voleibol. Aparecem com menor preferência o Arvorismo, a Escalada, o Rapel e a Tirolesa. Porém, a demanda para estes tipos de atividades existe e está em expansão.

Na Figura 1 abaixo estão representadas as escolhas das atividades pelos entrevistados da pesquisa na Feira REATECH 2006

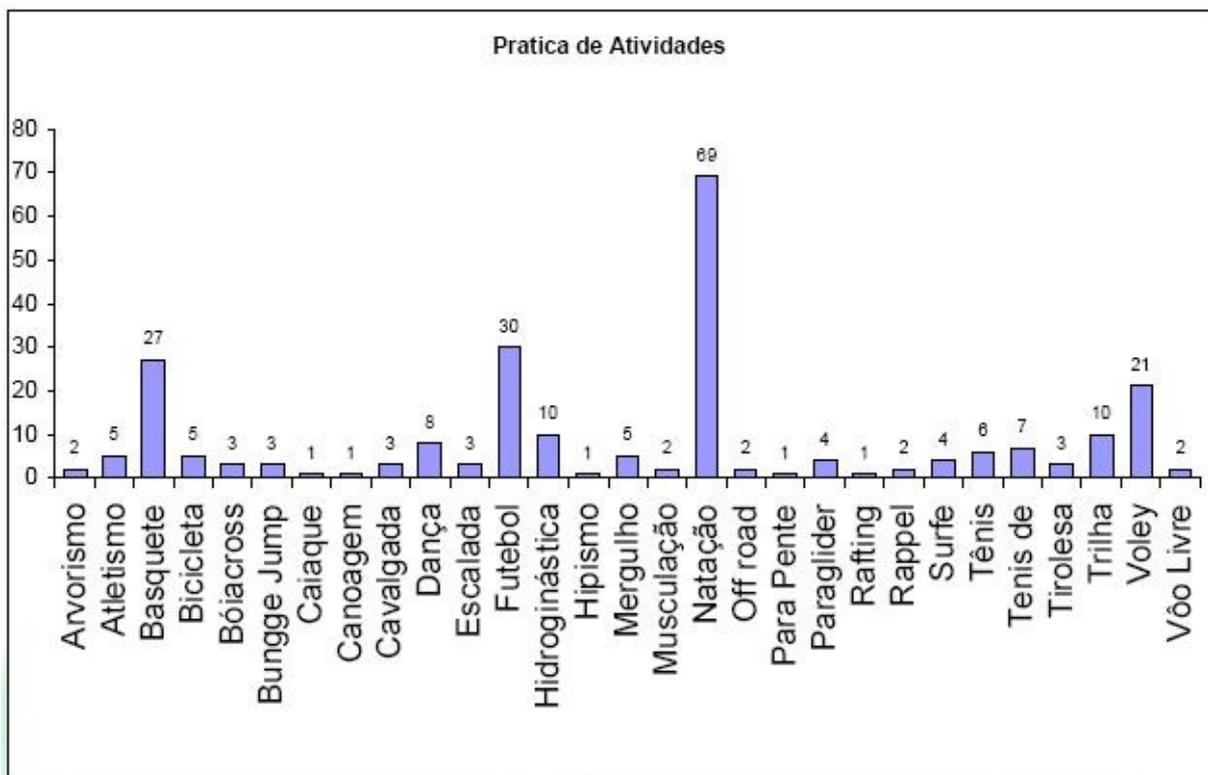


Figura 1: escolhas das atividades de aventura pelos entrevistados da pesquisa na Feira REATECH 2006.

Estas informações atestam cada vez mais que o Turismo de Aventura também podem ser praticado por pessoas com deficiência. Tal perspectiva fortalece a posição de que com determinação e força de vontade as barreiras sejam de que natureza for podem ser vencidas. As atividades de aventura, realizadas na natureza estimulam a autossuperação, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do equilíbrio corporal, a ampliação das capacidades coordenativas e de autorealização das pessoas que praticam estas atividades.

Enfim, o Turismo de Aventura é uma segmentação da atividade turística que prioriza o contato com a natureza através de atividades físicas individuais ou em pequenos grupos, que pode ser utilizada por pessoas portadoras de diferentes deficiências, uma vez que os processos de segurança são determinantes para a realização das atividades.

Atualmente, as atividades de aventura ainda não atendem um contingente grande de pessoas portadoras de deficiências. Por um lado, pela falta de melhores condições de acessibilidade, por outro, por falta de programas e projetos voltados para estes segmentos sociais.

Para que os deficientes sejam inseridos na atividade turística, são fundamentais políticas públicas e adequação de equipamentos e serviços turísticos para que os entretenimentos e lazeres para este público sejam ampliados.

O livro que trata dos marcos conceituais, editado pelo Ministério do Turismo (2006), diz que o turismo social tem compromissos com cidadania e qualidade de vida da população menos favorecida (jovens, pessoas idosas, deficientes, inválidos e trabalhadores com renda média de até cinco salários mínimos). O objetivo deve ser inserir estes grupos de pessoas no mundo turístico, integrá-las e promover o crescimento intra e interpessoal.

Dentro deste universo da deficiência, esta dissertação faz um recorte específico na deficiência visual e estuda a possibilidade do turismo de aventura ser uma alternativa de lazer para este segmento da população.

1.1.4 A Deficiência Visual

1.1.4.1 Preliminares

De acordo com os Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial – Área de Deficiência Visual do Ministério de Educação, a

deficiência visual está caracterizada por dois tipos: os portadores de cegueira e os portadores de visão subnormal (reduzida).

Do ponto de vista médico-oftalmológico e pedagógico, a cegueira é uma redução da acuidade visual central desde cegueira total que significa nenhuma percepção de luz até a acuidade visual menor que 20/400P (ou seja, 0,05) em um ou ambos os olhos, ou redução de campo visual ao limite inferior a 10^0 . A *visão subnormal* é entendida como a acuidade visual central maior que 20/400 até 20/700 (ou seja, 0,3) (WHO) (OMS) *Internacional Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps*. Geneva 1980.

A Organização Mundial da Saúde recomenda que, além da medida da acuidade visual e diagnóstico clínico, é fundamental que se avalie as consequências da incapacidade visual no desempenho do indivíduo.

Melo (1986) define a deficiência visual como perda parcial ou total da visão que, após a melhor correção ótica ou cirúrgica, limitem o desempenho normal do indivíduo. Portanto, como base nos pressupostos teóricos definidos anteriormente, é que se decidiu que, neste estudo, a expressão *deficiente visual* deve ser entendida tanto para o portador de cegueira como ao de visão subnormal.

As pessoas com dificuldades visuais são classificadas em dois grupos principais: cegos e com visão parcial ou reduzida. A delimitação do grupo de deficientes visuais, cegos e portadores de subvisão dão-se por duas escalas oftalmológicas: acuidade visual, aquilo que se vê a determinada distância e campo visual, a amplitude da área alcançada pela visão.

Em 1966, a Organização Mundial de Saúde (OMS) registrou 66 diferentes definições de cegueira. Para simplificar o assunto, um grupo de estudos sobre a Prevenção da Cegueira da OMS, em 1972, propôs normas para a definição de cegueira e para uniformizar as anotações dos valores de acuidade visual.

Foi introduzido, ao lado de “cegueira”, o termo “subvisão”. O termo cegueira não é absoluto, pois reúne indivíduos com vários graus de visão residual. Ela não significa, necessariamente, total incapacidade para ver, mas sim, prejuízo dessa aptidão a níveis incapacitantes para o exercício de tarefas rotineiras.

Falamos em *cegueira parcial* (também dita legal ou profissional). Nessa categoria estão os indivíduos apenas capazes de contar os dedos a curta distância e os que só percebem vultos.

Mais próximos da cegueira total, estão os indivíduos que só têm percepção e projeção luminosa. No primeiro caso, há apenas a distinção entre claro e escuro; no segundo (projeção), o indivíduo é capaz de identificar também a direção de onde provém a luz. A *cegueira total* pressupõe completa perda de visão. A visão é nula, isto é, nem a percepção luminosa está presente. No jargão oftalmológico, usa-se a expressão 'visão zero'.

Uma pessoa é considerada cega se corresponde a um dos critérios seguintes: a visão corrigida do melhor dos seus olhos é de 20/200 ou menos, isto é, se ela pode ver a 20 pés (6 metros) o que uma pessoa de visão normal pode ver a 200 pés (60 metros), ou se o diâmetro mais largo do seu campo visual subentende um arco não maior de 20 graus, ainda que sua acuidade visual nesse estreito campo possa ser superior a 20/200. Esse campo visual restrito é muitas vezes chamado "visão em túnel" ou "em ponta de alfinete", e a essas definições chamam alguns "cegueira legal" ou "cegueira econômica".

Nesse contexto, caracteriza-se como portador de subvisão aquele que possui acuidade visual de 6/60 e 18/60 (escala métrica) e/ou um campo visual entre 20º e 50º. E ainda, existem opiniões divergentes a respeito da limitação visual que não está baseada em nomenclatura, mas sim em parâmetros pelos quais ela é medida (DICKMAN, apud MARTIN e BUENO, 2003, p.41). A dúvida ocorre na forma de averiguar qual é o funcionamento visual ou a eficiência visual.

A visão, segundo MARTIN e BUENO (2003, p.45), está diretamente relacionada às características físicas e mentais do indivíduo, aos fatores ambientais com os quais atua cotidianamente e à motivação que apresenta para realizar tarefas visuais. Os estudos relacionados à Deficiência Visual e o Turismo de Aventura no Brasil ainda são reduzidos, como reduzidas são as publicações existentes nesta temática.

1.1.4.2 A cegueira na perspectiva teórica de Vygotski

Vygotski (1997), (Lev Semiónovic Vygotski (1896-1934), foi um dos psicopedagogos mais importantes do século XX. A produção científica deixada por ele é um legado da humanidade que muito recentemente o mundo ocidental passou a tomar conhecimento. Nasceu no dia 05 de novembro de 1896, na Bielo-Rússia,

país que fazia parte da extinta União Soviética. Morreu no dia 11 de junho de 1934, proveniente de tuberculose, aos 37 anos de idade.

Fazia parte de uma família que tinha situação econômica confortável e culta. Bacharel em Direito foi sua formação inicial, embora tenha trabalhado como professor e pesquisador nas áreas de psicologia, pedagogia, filosofia, literatura, deficiência física e mental. Escreveu cerca de duzentos trabalhos científicos que nortearam a realização de muitas pesquisas. Os temas de suas publicações são diversificados, já que transitou por diferentes áreas como a neuropsicologia, a psicologia, a educação, a linguagem, a crítica literária e os problemas das deficiências.

Destaca-se que os escritos científicos de Vygotski publicados em seis volumes das “Obras Escolhidas”, como são denominados, são datadas de 1924 a 1934. Todavia, os escritos pertinentes à criança cega, do qual se fez a síntese deste escrito, aparecem no volume V e consta sem precisar o ano em que fora escrito.

O relevante do pensamento de Vygotski é a contemporaneidade de seu pensamento, desafiando os pesquisadores e estudiosos a refletir a partir de uma visão global de desenvolvimento humano, e por extensão, entendendo os problemas cruciais das deficiências, suas consequências sociais.

Outro aspecto relevante a ser destacado foi que seus estudos foram realizados no primeiro terço do século XX, e sua perspectiva teórica permite que se tenha uma compreensão sobre as consequências e complexidades da pessoa cega. Todavia, sua abordagem deve ser compreendida em relação à cegueira congênita.

Vygotski teorizou que na psicologia dos cegos, como em qualquer ciência, é possível haver equívocos, mas sustentou que havia somente um caminho para compreensão. A idéia consiste que na cegueira não é somente a falta de visão, que deve ser foco de estudo, mas, sobretudo, que ela provoca uma reestruturação muito profunda de todas as forças do organismo e da personalidade da pessoa atingida pelo problema.

Consequentemente, na perspectiva vigotskiana, a cegueira não é somente um defeito, uma deficiência, uma debilidade, mas em certo sentido, uma fonte de revelação de aptidões, uma vantagem, uma força, por mais estranhas que essas afirmações possam ser. Sua tese se fundamenta em três etapas fundamentais, a orientação, a tendência e o desenvolvimento. Segundo Vigotski a 1ª etapa

designada, como mística, a 2ª como ingenuamente biológica e a terceira como moderna, científica ou sociopsicológica como preferia caracterizar.

A primeira época abarca a antiguidade, a Idade Média e uma parte considerável da história moderna. Os vestígios da antiguidade ainda são visíveis, decorrentes ainda de opiniões populares sobre o cego, mas sempre estiveram presentes nas lendas, fábulas e provérbios. Nessa época se via a cegueira como uma enorme desgraça. O cego era considerado indefeso, desvalido e abandonado. Havia uma convicção geral que os cegos desenvolviam forças místicas e superiores da alma, que resultava em acessibilidade ao conhecimento espiritual e a visão espiritual.

Vygotski (em seus escritos) conta que Demócrito teria provocado sua cegueira para entregar-se por completo ao estudo da filosofia, já que havia a lenda de que o talento filosófico poderia se acentuar com a perda da visão. O autor é mais crítico ainda quando diz que o cristianismo que aportou uma revisão de valores, na realidade somente modificou o conteúdo moral da idéia, mas deixou intacta a essência, isto é, as faculdades que se atribuíam aos cegos ao se considerarem forças supressensoriais da alma, cujos vínculos da cegueira pareciam enigmáticos, milagrosos e incompreensíveis na opinião de Vygotski.

Para ele tais concepções não eram frutos da experiência nem do testemunho dos próprios cegos sobre si mesmos, nem de algum estudo científico dos cegos e de seu rol social. Foi na época da Ilustração (século XVIII) que houve uma nova concepção da cegueira. Em lugar da mística foi colocada a ciência, em lugar do prejuízo, a experiência e o estudo. Isto significa que a importância histórica daquele momento foi a nova concepção criada pela psicologia como consequência direta, isto é, educação e instrução dos cegos, sendo incorporados à vida social e com acesso à cultura.

No plano teórico, Vygotski sustenta que uma nova concepção passou a predominar, essa de cunho biológico, ou seja, a teoria da substituição dos órgãos dos sentidos. Segundo essa concepção, a perda de uma função de uma das modalidades perceptivas, se compensa com o funcionamento e o desenvolvimento acentuado de outro órgão. Esse estudioso sustenta que viu essas teorias como mais uma lenda. A teoria se baseava em observações e fatos verídicos da vida dos cegos, mas entende que estavam falsamente interpretados. Uma série de estudos científicos que foram realizados demonstraram como um fato indiscutível que não

existe nos cegos um desenvolvimento acentuado das funções do tato e do ouvido, que, pelo contrário, estas funções costumam estar desenvolvidas nos cegos em menor medida que nos videntes.

Sustenta Vygotski que a dita compensação não surge da compensação fisiológica direta do déficit da visão, mas da compensação sociopsicológica geral que é um curso muito complexo, sem substituir a função suprimida nem ocupar o lugar do órgão insuficiente. Estudos científicos apontados por Vygotski dão conta que não se deve entender a substituição no sentido de que outros órgãos assumem diretamente as funções fisiológicas dos olhos. É uma complicada reestruturação de toda atividade psíquica, provocada pela alteração da função principal, e orientada, através da associação, da memória e a atenção para criar e elaborar um novo tipo de equilíbrio do organismo, em lugar do órgão perturbado.

A teoria da compensação de concepção fisiológica resultou ingênua e falsa para Vygotski, e acabou cedendo lugar a outra teoria, embora tenha proporcionado grandes avanços em direção ao conhecimento científico sobre a cegueira. Diz o autor, que pela primeira vez, com o critério da observação científica e da experiência, abordou-se o fato de que a cegueira não é somente um defeito, uma insuficiência, mas que também origina e põem em ação novas forças, novas funções e cumpre certo labor orgânico criativo. Ainda que a nova teoria tampouco possa indicar em que consiste exatamente esse labor.

A educação e a instrução dos cegos nessa época foram de singular relevância, diz Vygotski, uma vez que um ponto do alfabeto Braille fez pelos cegos aquilo que outros tantos fatores não foram capazes de fazer. A possibilidade de ler e escrever resultou mais importante que “o sexto sentido” e a sutileza do tato e do ouvido.

Sob o ponto de vista da psicologia é sustentado a muito tempo que o cego não vê o mundo igual a um vidente com os olhos fechados, isso significa que o cego somente sente seu defeito de forma indireta, decorrente das consequências sociais. Aqui cabe uma reflexão aos interessados pelo tema da cegueira, é importante entender a teoria contextualizada com o tipo de cegueira. Não é a mesma coisa uma cegueira congênita e outra adquirida. Essa última também pode apresentar-se com diferentes matizes.

Muitos estudos sobre os cegos costumam sustentar que o desenvolvimento da memória é mais elevado nos cegos que nos videntes. Todavia, na opinião de Vygotski seria mais correto dizer que nos cegos existe a tendência a um

desenvolvimento elevado da memória, mas para que esta se desenvolva ou não de forma acentuada, depende de muitas e complexas circunstâncias. A pessoa cega, para conquistar uma posição na vida social, necessita desenvolver todas suas funções compensatórias.

No primeiro terço do século XX, cita Vygotski que havia dados diferentes e contraditórios sobre a memória dos cegos. Uns se inclinavam a ver nos cegos uma atividade acentuada da memória. Outros, fundamentalmente, os professores dos cegos, afirmavam que a atenção dos cegos é menos desenvolvida que nos videntes. A questão se coloca como um problema quantitativo. Todavia, Vygotski indagava: *Em que direção se desenvolve a atenção do cego?* E dizia que isso era importante se perguntar.

Vygotski sustentava que a peculiaridade da atenção no cego consiste na força especial de concentração das excitações do ouvido e do tato que entram sucessivamente no campo da consciência, diferente das sensações visuais que entram simultaneamente, de golpe, no campo visual e provocam uma rápida substituição e dispersão da atenção a da concorrência de muitos estímulos simultâneos.

É por isso que os videntes quando querem adquirir maior concentração em alguma coisa, costumam fechar os olhos, que é uma forma de nos transformarmos artificialmente cegos como apontou Stumpf (1913)³. A partir dessas reflexões de Stumpf, Vygotski diz que o cego está obrigado, em quaisquer que sejam as circunstâncias, de conservar contato com o mundo exterior através do ouvido, e por isso, até certo grau, sempre deve distribuir sua atenção auditiva em detrimento de sua concentração.

Entende ainda Vygotski que uma regra fundamental na psicologia dos cegos é que o **todo** não pode ser explicado nem compreendido por suas partes, mas que as partes podem ser compreendidas com base no todo.

Vygotski faz referência aos estudos de Petzeld (1925)⁴, e concorda com aspectos fundamentais da sua teoria que diz que nos cegos a principal limitação é a liberdade de movimentos, sendo que o espaço é uma variável relevante nos seus

³ Stumpf, Karl (1848-1936). Psicólogo alemão; filósofo, representante da fenomenologia. Autor de trabalhos experimentais sobre psicologia das sensações e percepções auditivas e espaciais, citado por Vygotski nos seus escritos sobre a atenção dos cegos.

⁴ Petzeld, a. (1925). Vygotski esteve de acordo com o pensamento de Petzeld sobre as amplíssimas possibilidades do desenvolvimento da pessoa cega, se a ela fosse dada uma educação adequada.

deslocamentos, o que os diferencia dos surdos, por exemplo. Em contrapartida se para os cegos há uma relativa impotência em relação ao espaço, as possibilidades através da **linguagem falada** lhes permitem uma comunicação completa e absolutamente adequada e de compreensão mútua com os videntes. Vygotski é enfático ao dizer que a fonte de compensação na cegueira não é desenvolvimento do tato ou maior sutileza do ouvido, mas a linguagem, isto é, a utilização da experiência social, a comunicação com os videntes.

Sustenta Vygotski que do ponto de vista orgânico, a surdez representa uma deficiência menor que a cegueira, uma vez que nosso mundo está organizado mais como fenômeno visual que sonoro. Diz que quase não existem funções biológicas importantes comprometidas pela surdez. Com a **cegueira**, o indivíduo perde a **orientação espacial** e a **liberdade de movimentos**, que é a função animal mais importante. Em síntese, quando se analisa desde o ponto de vista biológico, o cego perde mais que o surdo.

Porém, diz Vygotski, para o homem, para o qual aparecem num primeiro plano as funções artificiais, sociais e técnicas, a surdez implica numa insuficiência muito maior que a cegueira. A surdez causa o mutismo, priva a pessoa da linguagem falada, isola o homem, desconecta do contato social que se apóia na linguagem. O surdo como organismo, como corpo tem maiores possibilidades de desenvolvimento que o cego, mas este como personalidade, como unidade social, encontra-se em uma situação incomparavelmente mais favorável. Nesse sentido, a maior compensação do cego se dá através da experiência de comunicação verbal com os videntes.

Vygotski também indaga: **É o cego, para a ciência, o representante de uma categoria especial de pessoa?**

Se não é assim, faz outra indagação: Quais são os limites, as dimensões e o significado de todas as particularidades de sua personalidade? Com que qualidade participa o cego da vida social e cultural?

As respostas essenciais às perguntas, diz Vygotski já estão dadas, uma vez que os processos de compensação da cegueira estão orientados para comunicação com os videntes. Se os cegos vivessem somente com outros cegos, certamente se constituiria um tipo particular de ser humano. Esse pensador sustenta que em nenhum ponto, para o qual está dirigido o desenvolvimento, da criança cega, nem os

mecanismos que põem em movimento as forças do desenvolvimento existe uma diferença essencial entre a criança vidente e a criança cega.

Vygotski se sustenta nos estudos de Adler⁵ (1927), para dizer que qualquer criança se caracteriza por uma relativa insuficiência orgânica na sociedade de adultos onde ela cresce. Logo, o ponto final do desenvolvimento é a conquista de uma posição social, e todo esse processo de desenvolvimento é igual tanto para criança cega, quanto para vidente.

Petzeld, citado por Vygotski, foi quem sustentou que a linguagem, a utilização da fala é a ferramenta para superação das consequências da cegueira. Foi esse mesmo autor, que, segundo Vygotski, sustentou que para o cego, o vermelho tem a mesma relação de significado que para o vidente, ainda que isto possa ser para ele somente um objeto de significado e não de percepção. Isso significa que cada função do aparelho psíquico do cego apresenta peculiaridades, às vezes muito significativas em comparação aos videntes.

Vygotski também dá destaque às idéias de Stern⁶ que sustentou a teoria da compensação e esclareceu que da debilidade nasce força, das deficiências, os méritos. A compensação se afina no cego à capacidade de diferenciar o tato, não através de uma real elevação da excitabilidade nervosa, mas decorrente do exercício de observação. Stern, na opinião de Vygotski, foi quem promoveu a tese que diz que as funções parciais podem apresentar um desvio importante da norma, mas que a personalidade ou o organismo em seu conjunto podem ser totalmente normais.

Vygotski antes de encerrar sua abordagem sobre a criança cega faz mais uma provocação ao indagar: **O que divide a concepção científica do problema da cegueira com a pré-científica?**

Responde dizendo que enquanto na antiguidade e o cristianismo viam a solução do problema da cegueira nas forças místicas do espírito, enquanto a teoria biológica ingênua via uma compensação orgânica, a expressão científica vê a cegueira como um problema social e psicológico e sustenta que se devem julgar as teorias científicas pelos resultados práticos que elas produzem.

⁵ Adler, Alfred (1870-1937). Psiquiatra e Psicólogo Austríaco, fundador da escola de Psicologia Individual (Psicologia da Personalidade). Vygotski destacou o caráter dialético da teoria de Adler e as idéias opostas a Freud sobre a base social do desenvolvimento da personalidade.

⁶ Stern, William (1871-1938). Psicólogo Alemão que trabalhou no campo da psicologia infantil e diferencial. Vygotski destacou que Stern partiu de posições da filosofia idealista, dos valores, para dar um fundamento filosófico ao estudo científico da deficiência.

Vygotsky entendia que o desafio frente à cegueira deveria ser pautado por três estratégias: a profilaxia social, a educação social e o trabalho social para os cegos, uma vez que o problema se apresenta como sócio-psicológico, e não como biológico ou de qualquer outra ordem. Sua opinião era que a ciência contemporânea deveria conceder aos cegos o direito ao trabalho social não em formas humilhantes, filantrópicas, mas em formas que respondam à autêntica essência do trabalho, uma vez que essa é a única capaz de criar para a personalidade a necessária posição social.

1.4.5 Percepção e Turismo

Quando vemos uma pessoa pela primeira vez, geralmente costumamos formar uma opinião prévia sobre ela sem antes conhecê-la. Intuímos que ela é confiável, coerente, simpática, enfim, as primeiras impressões são de sintonia ou de repulsa. Se um conhecido emite algum comentário sobre ela, teremos mais informações para sustentar nossas primeiras impressões. Este conjunto de informações iniciais facilita a formação da imagem desta pessoa e por dedução decidimos que tipo de contato ou relação se deve ter com ela.

Da mesma forma pode-se dizer que isso acontece com os destinos turísticos. Pérez-Nebra e Torres (2002) escrevem que o desenvolvimento de uma identidade de imagem e a utilização adequada da mesma pode transformar um destino em potencial turístico. O mesmo comportamento que tivemos na reflexão inicial costuma ocorrer no destino turístico. Nossa primeira impressão é que vai determinar se queremos ou não conhecer aquilo que se oferece. Mas exatamente o que influencia na tomada de decisão?

Sabemos que a carga de informações, as regras e os valores, os fatores sócio-econômicos, são determinantes no momento da tomada de decisão. A cultura de cada povo não é menos importante e vai orientar o comportamento do indivíduo. Pérez-Nebra e Torres (2002) falam que a cultura engloba vários elementos que predispõem os indivíduos a optarem por comportamentos mais apropriados à sua realidade. Um desses elementos é exatamente o sistema de valores de um grupo social.

Um grupo de pessoas de origem muçulmana, provavelmente não se sentirá à vontade em um baile *funk* no Rio de Janeiro, por exemplo. Perceber as diferenças é

fundamental no momento de sugerir um ou outro roteiro a um grupo específico. Quanto maior for o conhecimento do profissional de turismo com relação à cultura, comportamento e estilo de vida dos povos em geral, mais facilidade terá para atender as necessidades de demanda dos grupos.

Gastal (2005) nos traz o conceito de imagens e imaginário para tentar explicar o fenômeno do processo turístico. Segundo a autora, as imagens dizem respeito ao que se tem, efetivamente, em relação a um destino. Já o imaginário tem a ver com os sentimentos que são despertados por este ou por aquele local. Mais uma vez, a linha se aproxima, já que o imaginário vai ser influenciado pelos valores de cada “sujeito.” As imagens podem ser representativas, aquelas que registram realisticamente aspectos figurativos dos “objetos”. A autora diz que o imaginário agrega sentimentos, lembranças, experiências, visões do real, leituras de vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e aspirar estar no mundo.

Cada cultura é possuidora de um conjunto de normas de conduta, comportamentos que se relacionam aos valores dos povos. De acordo com os valores de cada cultura, alguns aspectos são considerados mais ou menos favoráveis.

Pérez-Nebra e Torres (2004) são de opinião que os valores individuais e culturais em conjunto com a comunicação de massa costumam predizer a imagem do destino do turista. Segundo esse modelo, as variáveis, de comunicação de massa e imagem do destino, valores estão correlacionados com a decisão de viajar, uma vez que a decisão está intrinsecamente associada à imagem do destino. A experiência da imagem do destino se relacionaria “*a posteriori*” com a satisfação do cliente, que também é influenciada pelos valores individuais e culturais e pela comunicação de massa.

Aliados a isso, à importância dos valores de um povo e de sua influência está a dissonância cognitiva. Ela, para Pérez-Nebra e Torres (2004), é responsável, por fazer o consumidor adquirir um produto ou serviço. O processo de decisão e as atitudes dos turistas costumam sofrer influência dos grupos de referência da família, de situações, da educação, dos grupos de vantagens e dos esforços do marketing. Dizem os autores que cabe ao “marketing”, uma grande parcela de responsabilidade por plantar nos sujeitos o desejo de ir e vir, de ter ou não ter.

Nas propagandas, a associação das palavras às imagens são cuidadosamente trabalhadas com o objetivo de produzir sensações impactantes nos espectadores. Mostrar um deserto em um dia ensolarado com um indivíduo suado passando as mãos no rosto e vendo uma miragem de um bar com pessoas tomando refrigerante, certamente vai despertar a sensação de sede e o desejo de tomar um refrigerante em quem está assistindo o comercial televisivo.

A publicidade sabe despertar o desejo, sem que este faça realmente parte do repertório de necessidades emergentes dos sujeitos. A indagação poderia ser: Como os principais destinos atraem tantos turistas? Por meio da exploração de suas principais características, de suas mais proeminentes vantagens, de sua beleza, fatores históricos que se ligam ao conhecimento. Atrelam-se a esses aspectos o despertar, no turista, da necessidade de conhecer aquele local e a fazê-lo ter os sentimentos de pertença do grupo de pessoas conhecedoras deste ou daquele destino. Para Rodrigues (1979) as imagens não só apresentam o produto turístico, como também, em muitos casos, comunicam atributos, características, conceitos, valores e idéias aos turistas de fato e aos turistas em potencial.

Entretanto, uma mesma mensagem pode ser interpretada de diferentes maneiras pelo mesmo grupo de pessoas. Tomemos como exemplo uma experiência entre colegas do mestrado de turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS), no ano de 2007, em uma saída de campo a Gramado, no Refúgio Sperry, proporcionada pela disciplina Turismo e Ludicidade.

Um mesmo grupo de estudantes, com a mesma formação acadêmica (turismólogos) que participavam de uma disciplina eletiva, passou algumas horas em caminhadas por trilhas. O fato de parecerem um grupo homogêneo (dadas às características citadas anteriormente) não significa que os estudantes experimentaram o roteiro e a situação de uma mesma forma. Uns não gostaram, já que caminhar por trilhas não é de seu agrado, outros gostariam de ter ido por outras trilhas, visitar outros locais e outros teriam preferido permanecer ali desfrutando as peculiaridades do lugar. Enfim, ao que se devem tais comportamentos?

Primeiro não podemos deixar de levar em conta que cada sujeito possui sua individualidade, isto é, as preferências são singulares. Até porque elementos de uma mesma família, com a mesma carga genética, em meio a um mesmo conjunto de crenças e mitos familiares, por exemplo, interpretam uma mesma informação de

modo diverso. O mesmo ocorre num grupo de estudantes que visita um lugar. Os sentimentos e sensações variam de pessoa a pessoa.

Assim como cada ser humano percebe as coisas de forma distinta. Os mesmos estímulos são captados diferentemente entre cada sujeito. Aqui retornamos ao conceito de percepção. Onde cada pessoa dá uma significação diversa ao mesmo estímulo.

Mas é sabido que outras variáveis podem contribuir para alterar a percepção. Uma delas, mencionada por Rodrigues (1979), diz respeito ao preconceito que consiste em atitude negativa, aprendida, dirigida a um grupo determinado. O preconceito, afirma o autor, não é inato, é condicionado. Determinadas características de personalidade fazem com que a pessoa incorpore preconceitos que não são sentidos por outras.

Deste modo, não apenas grupos de pessoas, mas destinos turísticos também podem ser afetados pela visão preconceituosa de alguns grupos. Entretanto, o mesmo autor sustenta que a experiência real de um local de destino parece alterar a imagem que o visitante pudesse ter daquele local. Logo, a experiência em si faz-se necessária para a mudança perceptiva, ou não, em relação a um determinado destino turístico.

Os estereótipos também exercem influência na formação de impressões sobre locais. Ainda em Rodrigues (1979) se lê que a categorização, uniformidade de atribuição e frequente discrepância entre as características atribuídas e as verdadeiras, constituem-se nos marcos essenciais dos estereótipos.

O produto turístico assim que descoberto deve passar para o conhecimento da população local para que esta se aproprie dele, o valorize e o preserve. Depois de pronto, deve passar ao visitante que irá definir, através de sua percepção, uma imagem satisfatória ou não deste novo atrativo.

Preocupados com a primeira impressão, proprietários de atrativos turísticos têm se valido de pesquisas para adequarem suas instalações conforme as expectativas de seu público alvo, pois tais informações refletem as percepções cognitivas dos turistas.

O perfil dos turistas tem sido uma área de muitos estudos, a exemplo da obra de Swarbrooke e Horner (2002) que aborda o comportamento do consumidor no turismo. A obra contempla vários assuntos desde os conceitos inerentes ao comportamento do consumidor, o processo de tomada de decisão na escolha de um

destino, passando pela tipologia dos turistas, indo até o futuro do comportamento do turista.

Daí a importância que deve ser dedicada às pesquisas de opinião com grupos em destinos turísticos para que, a partir das informações coletadas, se pense em estratégias para minimizar ou maximizar aspectos do destino de modo a atrair mais e causar boas impressões para os grupos. Perez-Nebra e Torres (2002) falam em ser latente a necessidade de verificação do nível de satisfação e das reais dificuldades que se apresentam no serviço turístico brasileiro. Além das boas impressões, o destino deve proporcionar conforto, bem-estar, sensação de aconchego e deve despertar o interesse em retornar ou, ao menos, em indicar aquele local para outras pessoas irem visitá-lo.

Isto significa que a satisfação tem menos repercussões ativas, quando comparada com a insatisfação, escrevem Pérez-Nebra e Torres (2002). Todavia a boa experiência fica marcada na memória e faz com que o turista fique encantado, sonhe, sinta-se pertencente ao local em que esteve. As experiências positivas sentidas pela pessoa são as que vão influenciar na formação do conceito do turista e repercutir positivamente em relação ao destino visitado.

1.2 Estudos de Pesquisa no âmbito do turismo de aventura, esportes na natureza e a deficiência visual

1.2.1 Turismo de Aventura: Motivações e Significados

Dolci (2004) realizou pesquisa com foco em Turismo de Aventura nas modalidades de Rafting e Corrida de Aventura. A pesquisa teve como objetivo investigar o significado e as motivações que levam os indivíduos a optarem por estas atividades turísticas.

Os desdobramentos utilizados para responder a indagação principal englobam o perfil dos indivíduos que procuram estas modalidades de turismo como os sentimentos e significados que são atribuídos pelos participantes das atividades de aventura. Para auxiliar na elucidação do problema, a autora procurou responder algumas questões de pesquisa, são elas:

1) Qual o perfil dos usuários do turismo de aventura? Existem diferenças relevantes entre o perfil dos turistas que optam por Rafting e Corrida de Aventura?

2) Quais as expectativas dos turistas em relação aos resultados positivos e negativos que a participação nas atividades podem proporcionar?

3) Quais os motivos que os levam a procurar estes tipos de atividades?

4) As experiências turísticas de aventura aportam benefícios aos usuários?

O estudo teve como objetivos identificar o perfil das pessoas que buscam atividades de turismo de aventura; compreender os motivos pelos quais as pessoas buscam estas atividades turísticas; verificar como os turistas se comportam durante a experiência turística de aventura; descrever os benefícios percebidos pelos turistas na vivência das atividades oferecidas.

No decorrer do estudo, a autora observou que pesquisar por que os indivíduos procuram experiências turísticas de aventura e suas motivações é também um estudo de comportamento humano. O método utilizado foi do tipo exploratório-descritivo, caracterizando-se como uma pesquisa de corte qualitativo. A investigadora utilizou a entrevista semiestruturada, a observação participante, memoriais descritivos e a análise documental como instrumentos de coleta de informações.

O relatório da pesquisa foi apresentado em 2004 no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. A pesquisadora na interpretação dos resultados é enfática em apontar que o estudo não tinha caráter conclusivo e que o Turismo de Aventura se apresenta como uma atividade relativamente nova no nosso contexto cultura.

O produto da investigação foi sintetizado em quatro categorias de análise: Perfil dos participantes (1); Contato com a natureza (2); Superação de desafios e busca de sensações difusas (3) e Sensações de prazer compartilhado em grupo (4).

Com relação ao perfil dos participantes, o estudo apontou que não há possibilidade de generalização dos resultados, pois as informações levantadas servem apenas de indicadores. Para delimitar o perfil dos participantes, a autora analisou informações referentes à idade, gênero, escolaridade, procedência e participação em atividades de turismo de aventura. No quesito idade, a pesquisadora verificou que tanto no grupo de Rafting quanto no grupo da corrida de aventura a média de idade variou entre 20 e 30 anos, sendo que na corrida de aventura apenas um (1) participante tinha mais que 40 anos.

Quanto ao gênero, o feminino teve maior participação no **Rafting**. A autora destacou que, nesta atividade a sociabilidade é fator importante. Quanto à corrida de

aventura, a atividade em si exige que pelo menos um (1) integrante seja do gênero feminino. Portanto, nesta atividade, houve uma predominância de participantes do gênero masculino. Quanto à escolaridade, o estudo apontou que a maior parte dos participantes estavam na universidade, indicando um dos perfis daqueles que optam por este tipo de atividade.

Outro dado analisado foi a procedência dos participantes. O estudo apontou que na modalidade Corrida de Aventura, em sua maioria, os participantes eram oriundos da região da Serra Gaúcha, exceção de dois (2) participantes procedentes de Santa Catarina. Quanto à prática do Rafting, os participantes tinham procedências diversas, ou seja, dos 36 participantes, apenas 16 eram do Rio Grande do Sul, os demais tinham como estados de origem, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte.

A outra categoria pesquisada para determinar o perfil dos participantes se referiu à experiência do participante na prática da Corrida de Aventura. O estudo apontou que 11 participavam pela primeira vez e 20 já haviam tido experiências anteriores na atividade. Na atividade de Rafting, dos 36 participantes, 21 haviam tido a primeira experiência especificamente na modalidade Rafting, e 6 tiveram sua primeira participação em Atividade de Aventura. Como conclusão, o estudo apontou que modalidade Corrida de Aventura costuma ser uma atividade programada pelos participantes. Quanto ao Rafting, os participantes, em sua maioria, são turistas que estão na cidade, tomam conhecimento destas atividades e optam em realizá-las.

Com relação ao *contato com a natureza*, o estudo apontou que, em sua ampla maioria, os participantes citam que este tipo de atividade é uma possibilidade da fuga do cotidiano, uma possibilidade de fugir do estresse e renovar energias. A autora também apontou que a natureza é percebida como terapêutica, podendo proporcionar sensação de bem estar. Os participantes entendem que tanto o Rafting quanto a Corrida de Aventura propiciam o contato com a natureza, aspectos cada vez mais relevantes quando a análise recai sobre o “habitat” que vive o homem contemporâneo.

Com relação à superação de desafios e busca de sensações difusas, a pesquisa apontou que as pessoas buscam nas atividades de aventuras superação dos limites pessoais, o desafio como fator motivador, e a superação das expectativas que os próprios participantes têm de si mesmos.

A pesquisadora relata que em um momento específico a situação enfrentada foi maior que as habilidades do participante. Por conseqüência, estes aspectos geraram frustração. Outra observação da autora se refere a dois depoimentos de participantes de Rafting. Um deles disse que a atividade não se caracterizou como um desafio, por outro lado, outro participante considerou o Rafting como extremamente estimulante e desafiador. O que comprova, segundo a autora, que as concepções são extremamente subjetivas e variam de indivíduo para indivíduo.

Outro ponto que merece destaque foi o fato de que na maioria das falas dos participantes, a expressão “ultrapassar limites” era constante, sendo o limite a barreira que não se deve ultrapassar, a superação desta barreira por eles representa alguns sacrifícios, um esforço a mais do que o desprendido no cotidiano o que potencializa a autoestima e a autogratisficação.

Com relação às sensações de prazer compartilhado em grupo, a autora apontou que, em relatos subliminares, a palavra “prazer” se faz presente constantemente. Prazer no sentido de alegria, satisfação, sensação agradável, divertimento com o grupo. Estas afirmações fazem parte dos discursos dos grupos pesquisados já que a prática de Rafting e da Corrida de Aventura são desenvolvidas em grupo, diferente das modalidades praticadas pelos DVs que mesmo tendo em comum o meio ambiente, são realizadas individualmente, isto significa que cada participante depende unicamente de suas habilidades para realizá-las.

O estudo também apontou que na prática de Rafting há cumplicidade entre os participantes dos grupos, através das manifestações de incentivo, de apoio e as brincadeiras. Quanto ao comportamento do grupo de Corrida de Aventura, a pesquisadora observou que a cooperação aconteceu desde os preparativos da corrida, uma vez que esta prática ocorre em equipe. Quanto à satisfação, a Corrida de Aventura é uma atividade competitiva que segundo a pesquisadora deve ser avaliada sob dois enfoques, o intragrupal e o intergrupar. Quando questionados sobre suas expectativas, no final da corrida, muitos demonstravam o desejo de chegar “em uma boa colocação”. A Corrida de Aventura é sob a ótica da autora uma afinidade entre os participantes, onde eles se identificam com seus pares formando equipes. Finalmente a autora conclui que a atividade de aventura realizada em grupo tem um forte elemento motivacional, de autoafirmação e pertencimento.

A autora verificou que as atividades realizadas pelos grupos distintos de Rafting e Corrida de Aventura permitem uma intensa comunhão com a natureza, que

é percebida de forma diferenciada proporcionando um sentimento de unidade e respeito entre o corpo e o meio ambiente.

Algumas características em comum entre os participantes de turismo de aventura foram observadas nas falas dos participantes, e foram agrupadas pela pesquisadora como superação e crescimento.

Ao procurarem o turismo de aventura longe dos centros urbanos e da rotina diária, os participantes querem bem mais do que o contato com a natureza, como pode ser verificado em seus discursos onde expressaram vontade de suprir carências com o resgate de energia, paz e compartilhamento da experiência com os amigos.

Os turistas diante do desafio de estarem longe de seus habitats naturais sentem-se desafiados em testar suas capacidades de adaptação, de decisão, de realizar suas conquistas explorando suas potencialidades, contestando ou reafirmando a imagem de suas personalidades que seus grupos de convivência cotidiana já têm pré-estabelecidas sobre cada um deles. Nas considerações finais do estudo Dolci (2004) afirma que, no espaço de aventura, o indivíduo se lança num duplo processo de busca, por um lado, explora a natureza repleta de surpresas, por outro, se encaminha na direção de satisfazer a si mesmo, confortando seu mundo interior. Turismo de Aventura, a pesquisadora diz que na conquista do objetivo, a pessoa precisa vencer medos. O sujeito precisa ter coragem, audácia, ousadia, criatividade, flexibilidade e o espírito solidário para encarar e superar os obstáculos com os quais se depara nas experiências.

O estudo realizado por Dolci (2004) teve como participantes pessoas videntes. Não havia entre os sujeitos por ela pesquisados portadores de deficiência visual. Todavia, as atividades de aventura que foram estudadas com deficientes visuais não necessitaram de nenhum tipo de adaptação pelo fato dos participantes serem deficientes visuais.

O objetivo de discutir o conhecimento produzido pela pesquisa de Dolci não foi para fazer comparações de seu estudo com os deficientes visuais que se submeteram às modalidades individuais de Turismo de Aventura (Arvorismo, Escalada, Tirolesa e Rapel), uma vez que ela estudou as modalidades coletivas como Rafting e Corrida de Aventura, mas serviu para ampliar a discussão sobre uma temática ainda pouco explorada do ponto de vista científico.

1.2.2. Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica

Munster (2004) realizou uma pesquisa com o objetivo de discutir a pedagogia dos esportes da natureza e os principais aspectos envolvidos em sua prática, analisando as contribuições num programa de Educação Física para pessoas com deficiência visual. A relevância da pesquisa está na população alvo e nas atividades realizadas na natureza que muito se assemelham ao objeto de estudo – Turismo de Aventura.

O estudo de Munster (2004) teve como propósito discutir a pedagogia dos Esportes na Natureza e os principais aspectos envolvidos em sua prática, analisando a contribuição dos mesmos num programa de Atividade Motora para pessoas com deficiência visual. O objetivo da pesquisadora com o estudo foi refletir sobre o fenômeno “esportes na natureza”, ressaltando sua evolução, principais características e modalidades, e tecer algumas considerações relativas à terminologia utilizada (1); descrever adaptações necessárias e cuidados metodológicos específicos na aplicação de técnicas referentes às modalidades previstas no programa da pesquisa (2); observar desdobramentos das práticas e vivências propostas no repertório motor das pessoas com cegueira ou baixa visão envolvidas na amostra da pesquisa (3); coletar depoimentos que reflitam a importância dessas atividades na inclusão social dos deficientes visuais (4).

Ao refletir sobre o fenômeno “Esporte na Natureza” e os principais aspectos envolvidos em uma prática pedagógica voltada a pessoas com deficiência visual, a pesquisadora levantou algumas indagações como: O que se entende por "Esporte na Natureza"? Quais são as dimensões sociais e características envolvidas nessa prática? Quais as possíveis contribuições das referidas práticas para a pessoa com deficiência visual? Como tais modalidades podem ser significativas e/ou atribuir significado à vida de pessoas com deficiência? É possível visualizar perspectivas de atuação profissional envolvendo Esportes na Natureza e as diferentes áreas dentro da Educação Física?

Foi a partir destes questionamentos que a pesquisadora construiu a trilha que lhe permitiu estudar o Esporte da Natureza relacionado com a prática dos deficientes visuais e Educação Física. O estudo foi realizado a partir do princípio de que o Esporte na Natureza envolve desafio, e que as pessoas cegas ou com baixa visão têm o direito de decidir se querem enfrentá-lo ou não. Se envolver risco, devem ser

tomados cuidados especiais com a segurança, não específicos por se tratar de pessoas que não enxergam ou enxergam pouco, mas por envolver seres humanos acima de quaisquer condições. Se o esporte contemplar objetivos de formação humana, deve envolver tratamento pedagógico e educativo que o diferencie de práticas esportivizadas e possibilite o crescimento pessoal, independentemente das características pessoais. Se pretender a participação, deve favorecer as relações inter/intrapessoais e sociais, independentemente da condição do ser humano.

Munster (2004) nas considerações finais de seu estudo destaca a confiança no potencial das pessoas com deficiência visual e em sua capacidade de realização como estímulo para o desenvolvimento do programa de Esportes na Natureza. A concepção de deficiência apresentada no seu estudo pautou-se, não pela limitação, comprometimento ou falta de funcionalidade do órgão visual, mas pelas possibilidades de adaptação e superação demonstrada por pessoas que se encontram nessa condição. Disse a pesquisadora que não é preciso ser atleta ou possuir talentos especiais para vivenciar Esportes na Natureza. A sua prática, quando realizada segundo os princípios pedagógicos e normas básicas de segurança, pode ser acessível a pessoas com deficiência visual.

Outro aspecto conclusivo do estudo é que os sujeitos participantes da pesquisa, o conteúdo, as estratégias de ensino, os exercícios educativos referentes ao ensino das modalidades selecionadas atenderam às necessidades educacionais especiais de pessoas com deficiência visual, pois permitiram a antecipação e contorno das dificuldades que seriam encontradas no meio natural. Na opinião dos entrevistados, o tempo de preparação que antecedeu as saídas a campo também foi considerado satisfatório. As preferências e dificuldades associadas às modalidades vivenciadas decorreram, não apenas da exigência técnica das modalidades, como também do grau de satisfação proporcionado, conforme as características individuais dos participantes. Munster (2004) é enfática ao dizer que o fato reforçou a necessidade de diversificação de conteúdos em um programa de Esportes na Natureza. Como síntese dos desdobramentos do programa de Esportes na Natureza vivenciada pelas pessoas com deficiência visual, estudado pela autora da pesquisa, permitiu-lhe inferir que:

- 1) O meio natural onde se desenvolveram os Esportes na Natureza consistiu em um ambiente rico em estímulos sensoriais, despertando sensações físicas e emoções intensificadas pelo contato com os elementos da natureza. A diversidade

de informações táteis, sinestésicas, auditivas e olfativas, provenientes do meio ambiente, proporcionou referências significativas às pessoas com deficiência visual;

2) Frente à imprevisibilidade do ambiente natural, a prática de Esportes na Natureza requer constantes ajustes da lógica interna do praticante às condições do meio. O processo de adaptação motora a situações inusitadas implicou em maior exigência das capacidades e habilidades físicas do indivíduo, o que consistiu em significativas contribuições ao repertório motor e possibilidades de ampliação do domínio corporal. Tal fato implicou em benefícios para o desenvolvimento motor da pessoa com deficiência visual, sobretudo nos aspectos relacionados ao equilíbrio, locomoção e orientação espacial;

3) A oportunidade de convivência durante a prática dos Esportes na Natureza consistiu em um importante estímulo para o desenvolvimento das habilidades de relacionamento social. As situações vivenciadas em conjunto potencializaram as relações interpessoais, acentuadas pelo espírito de equipe e companheirismo. A qualidade da troca de experiências que surgiu nas interações com o grupo forneceu alguns elementos que contribuiriam, inclusive, no processo de adaptação à recente condição de deficiência visual de alguns dos participantes;

4) O desafio implícito na vivência de Esportes na Natureza proporcionou autoconhecimento acerca dos limites e possibilidades individuais, predispondo o praticante a modificações internas. O enfrentamento de adversidades inerentes a tais práticas conduziu ao sentimento de autossuperação e autorrealização, propiciando transformações nas relações intrapessoais, que puderam ser estendidas à vida cotidiana de algumas das pessoas com deficiência visual envolvidas nessa pesquisa;

5) O acesso à prática desses esportes consistiu em oportunidades de sair da rotina e diversificar as atividades do dia-a-dia. Os momentos de prazer e descontração vivenciados por meio de tais modalidades passaram a compor novas possibilidades de usufruto do tempo livre, ampliando as opções de lazer de pessoas com deficiência visual;

6) Quando a interação com o meio ambiente é adequadamente orientada, o contato com a natureza pode constituir oportunidades de aprendizagem e estudo do meio que, gradativamente, transformam-se em sentimento de aproximação e revertem-se em respeito e responsabilidade pelo meio ambiente;

7) A visitação à natureza, sobretudo nas etapas de viagens e saídas a campo, favoreceu um intercâmbio cultural: às pessoas com deficiência visual foi proporcionado o acesso a diversos lugares, interação com pessoas de comunidades diferenciadas e contato com costumes típicos; as várias pessoas e grupos sociais que deram suporte à realização dessa pesquisa também tiveram oportunidade de conviver com as pessoas portadoras de deficiência visual e rever seus conceitos e valores com relação a essa questão.

A reflexão significativa do estudo de Munster é que as atividades estudadas por ela, denominadas de Esporte na Natureza desde a perspectiva da Educação Física, em nada se diferenciam daquelas oferecidas no Turismo de Aventura, descritas como atividades de aventura a partir da perspectiva do Turismo.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização do Estudo

O objeto de estudo é Turismo de Aventura nas modalidades Arvorismo, Escalada, Rapel e Tirolesa. O sujeito de estudo são os portadores de deficiência visual congênita ou adquiridas participantes da pesquisa. A pesquisa é de corte qualitativo cujo interesse foi estudar a percepção dos deficientes visuais na prática do Turismo de Aventura.

O desenho adotado foi a metodologia descritiva do tipo “estudo de caso” como opção e estratégia de investigação. Os participantes do estudo foram selecionados a partir do critério que segue. Como o turismo é decorrente de ação voluntária, a pesquisadora ofereceu através da Associação de Deficientes Visuais de Bento Gonçalves/RS, um pacote turístico de Turismo de Aventura no Alpen Park de Canela/RS, para 230 associados. Como procedimento, não foi informado se o pacote turístico teria custo aos participantes. Deste oferecimento, sete foram os deficientes visuais interessados em participar do Turismo de Aventura.

Dos sete participantes adultos, seis são do gênero masculino e um do gênero feminino e apresentam o seguinte perfil:

- a) Portadores de deficiência visual;
- b) Voluntários para participar da prática de Turismo de Aventura;
- c) Cinco participantes já haviam realizado atividades de Turismo de Aventura;
- d) Dois participantes realizaram pela primeira vez atividades de Turismo de Aventura por ocasião da experiência empírica;
- e) Idade mínima de 31 anos e máxima 74 anos de idade.

A princípio a pesquisadora propôs aos participantes que suas identidades fossem preservadas, mas os aventureiros demonstraram interesse em terem suas identidades à mostra já que se tratava de um estudo importante e que traria resultados importantes não só para eles, mas para a sociedade como um todo, isso inclui, DVs e videntes de todas as partes do mundo. As entrevistas foram realizadas em 26/02/2009.

As atividades de Turismo de Aventura foram o Arvorismo, Escalada, Rapel e Tirolesa, realizados no dia 04/03/2009. Nesta ocasião, a pesquisadora utilizou na coleta de informações: câmera filmadora, para fazer o registro das falas e das imagens dos DVs entrevistados; câmera fotográfica digital para registrar imagens

dos participantes nas diferentes atividades. As imagens foram editadas e encaminhadas a cada participante por solicitação dos mesmos.

Na coleta de informações foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevista semiestruturada, registros de observações na atividade empírica, anotações dos relatos dos participantes pré e pós-atividades de aventura, memorial descrito e filmes e fotos de registro das atividades praticadas.

A entrevista foi utilizada para obter informações frente a frente com o entrevistado, o que permitiu, ao entrevistador, o estabelecimento de um vínculo com o entrevistado e maior profundidade nas perguntas que foram elaboradas como um roteiro, e o questionamento se deu de forma oral, realizado pelo entrevistador.

O enfoque da entrevista foi de âmbito investigatório, como instrumento para colher informações no desenvolvimento do projeto de pesquisa de corte qualitativo.

A entrevista semiestruturada é o tipo de instrumento de coleta, adequado neste processo, para obter informações de questões concretas, previamente definidas pelo pesquisador, e, ao mesmo tempo, permite que se realizem explorações não-previstas, e oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou abordar aspectos que seriam relevantes sobre o que pensa.

Segundo Negrine (2008), a elaboração das perguntas deve acontecer de forma criteriosa para que o investigador possa atingir os objetivos de seu estudo. Nesse sentido, a indagação de quem pergunta pode apresentar características diferentes, isto é, uma pergunta pode ser “aberta ou fechada”. Para as perguntas “abertas”, devemos dispor de muito tempo para transcrever as respostas, categorizá-las e interpretá-las, já as perguntas “fechadas”, em contrapartida, somente permitem respostas restritas.

O mesmo autor afirma que: “No roteiro de perguntas da entrevista, o pesquisador deve levar em conta que um instrumento que inicia com perguntas abertas, incluindo as fechadas posteriormente, poderá ser mais suscetível a qualidade das respostas do entrevistado e a obtenção de depoimentos mais fidedignos.”

O Memorial Descritivo foi outra forma metodológica utilizada e considera-se adequada ao estudo, já que os participantes são indivíduos que gostariam de praticar ou já praticam a modalidade de turismo de aventura. O memorial descritivo é na opinião de Negrine (2008) uma descrição com muitos pormenores de uma realidade vivida. A característica do memorial retrata as formas de pensar de cada

indivíduo diante de situações vivenciadas. Sempre se relaciona a uma experiência passada. Quando alguém faz o registro daquilo que foi sentido e vivenciado, o conteúdo de um memorial diz respeito aos registros das emoções, crenças, valores, ansiedades, medos, contradições, prazeres e desprazeres vivenciados em determinada situação pelo indivíduo. É o registro da forma de pensar sobre si mesmo, da forma de atuar, de ser e estar no mundo, de como analisa os acontecimentos vivenciados. O memorial é revestido de subjetividade.

Este instrumento pode ser apresentado de duas formas distintas: oral ou escrito. Neste projeto já que nosso objeto de estudo é o deficiente visual, o memorial descritivo aplicado não será o oral e sim o escrito, mais especificamente por computador, usando um programa específico para deficientes visuais *slow*, que possibilita aos participantes maior tranquilidade e liberdade no momento de relatar suas experiências, desta forma não é necessário transcrever seus relatos, apenas anexar.

O último instrumento de coleta de dados utilizado foi a *Observação*, que como fenômeno da consciência possibilita o entendimento de cada uma das funções pelas quais o homem e os animais recebem e percebem a impressão dos objetos externos através da visão, audição, olfato, gosto e tato. Num processo investigativo, a observação constitui-se num instrumento valioso na pesquisa qualitativa.

Este instrumento no momento de sua aplicação foi pautado, sob pena de perder o verdadeiro sentido e ficar contaminado pelo juízo de valor do pesquisador. As pautas prévias se fazem necessárias para que os registros das informações, recolhidas, contenham informações das mais variadas possíveis, servindo, de certa forma, a uma multiplicidade de conclusões e a qualquer tipo de discurso que se queira inferir a partir dos registros realizados pelo observador.

Podemos olhar algo sem extrair informações ou sem perceber aspectos relevantes. Nesse sentido, para que a observação tenha objetividade do ponto de vista científico, e seja utilizada como instrumento de coleta de informações, deve ser contínua e sistemática com a função de registrar determinados fenômenos ou comportamentos. Para tanto, foi necessário que a observação acontecesse de forma:

- a) intencionada: com objetivos determinados;
- b) sustentada: guiada por um corpo de conhecimentos.

Entretanto, Negrine (2008) diz que: como técnica de coleta de informações, a “observação” comporta alguns elementos que devem merecer atenção do pesquisador, como:

- a) o sujeito: aquele que observa;
- b) o objeto ou indivíduo: aquilo ou aquele que é observado;
- c) os meios: os sentidos utilizados para captar informações, como visão, audição, tato, olfato e o sentido cinestésico;
- d) os instrumentos: as ferramentas utilizadas para colher às informações;
- e) o marco teórico: diz respeito ao referencial do qual parte o investigador.

Na pesquisa qualitativa, o fundamental, na maioria das vezes, não é a quantidade de participantes a serem observados para validação do estudo, mas a observação em profundidade, por aportar elementos significativos de determinadas situações.

Os pesquisadores que fazem uso da observação também devem ter presente alguns requisitos fundamentais para o sucesso no registro das informações, como:

- a) ter atenção contínua e seletiva no objeto de estudo;
- b) descrever os fatos com objetividade, evitando o uso de metáforas;
- c) apresentar curiosidade frente aos aspectos pouco evidenciados;
- d) verificar, de forma permanente, se as informações recolhidas se ajustam aos objetivos do estudo;
- e) redefinir os objetivos do estudo, quando for o caso, frente às evidências registradas.

As estratégias utilizadas na observação foram: entrevista semiestruturada; o observador foi passivo; a observação foi individual, daí o motivo pelo qual foi utilizado o estudo de caso; e realizada em local concreto.

Seguindo este formato, as atividades como Arvorismo, Escalada Rapel, e Tirolesa foram realizadas no Alpen Park na cidade de Canela.

A empresa Atitude que se colocou à disposição para participar do projeto já tem experiência de mais de 10 anos com atividades de aventura. A empresa sediada na cidade de Canela opera no Alpen Park. Também esteve acompanhando as atividades o graduando de educação física Marcio Garbuio que é guia de aventura e ainda coordenador voluntário do departamento de esportes da ADVBG (Associação dos Deficientes Visuais de Bento Gonçalves).

Para apurarmos as informações, tivemos um conjunto de ações seqüenciais e para ordenarmos as atividades todos os participantes praticaram em conjunto uma atividade por vez. A primeira foi o Arvorismo, seguida da Tirolesa, logo após o grupo se dividiu em dois, conforme o interesse de cada participante. Um grupo optou pelo Rapel e outro pela Escalada. O grupo também foi agraciado pela administração do Alpen Park com passeio de trenó, o produto âncora do Park.

2.2 Etapas do estudo

1ª	Definição do Estudo	-Escolha do tema -Definição do problema -Estudo teórico -Definição dos objetivos -Delimitação dos problemas de pesquisa
2ª	Definição do Contexto e dos participantes	-Definição do contexto -Definição do grupo de participantes
3ª	Definição dos instrumentos de coleta de informação	-Definição dos instrumentos de coleta de informação
4ª	Testagem	-Testagem dos instrumentos de coleta de informações -Treinamento da pesquisadora para trabalhar com os instrumentos de pesquisa
5ª	Saída a campo	-Execução do pacote turístico propriamente dito
6ª	Descrição dos resultados	-Descrição das atividades executadas e interpretação das informações coletadas

Quadro 1: Etapas do estudo realizadas

2.3 Síntese dos Instrumentos de Coleta de Dados

Relatório de Observação	Memorial Descritivo	Horas de filmagem	Fichas Cadastrais	Entrevistas
7	7	6	7	7

Quadro 2: Síntese dos Instrumentos de Coleta de Dados

3. DESCRIÇÃO ANÁLISE

3.1. Descrição e análise das informações preliminares na prática do turismo de aventura

O turismo de aventura é orientado por normas da ABNT/2005 (anexo 1 NBR 15286). As normas preveem que todo o cliente receba informações mínimas dos operadores. Por ocasião das experiências com deficientes visuais, foi feita a

seguinte rotina segundo o que está previsto na normatização vigente. Entre as informações da norma, repassadas para os DVs, participantes da pesquisa, destacamos as seguintes:

- a) identificação do produto ou serviço que é objeto das informações;
- b) descrição dos locais de prática das atividades de turismo de aventura as quais se referem às informações;
- c) equipamentos fornecidos para a execução das atividades;
- d) pré-requisitos e técnicos específicos para a prática da atividade, como certificações e treinamento prévio, se existirem;
- e) informação sobre a existência de regras de visitação local, quando existirem, e o respeito à conduta consciente em ambientes naturais;
- f) condicionantes para a realização das atividades em função das condições meteorológicas, ambientais, de saúde pública e outros condicionantes eventuais nas práticas de turismo de aventura oferecidas (por exemplo, limitações relacionadas a horários, capacidade máxima de visitação, autorizações e formalidades sanitárias etc.).

É prudente destacar que as informações anteriormente descritas foram prestadas pelos instrutores aos deficientes visuais participantes da pesquisa por ocasião da experiência empírica.

3.2 Descrição dos equipamentos utilizados nas atividades de aventura estudadas

Nesse segmento do estudo, apresenta-se a descrição das atividades e os equipamentos de segurança nas práticas de Arvorismo, Escalada, Rapel e Tirolesa, independente se o praticante é portador ou não de algum tipo de deficiência. As explicações que seguem são para destacar que nas modalidades do turismo de aventura, foco do estudo com os deficientes visuais, os equipamentos de segurança não foram adaptados face à clientela ser de deficientes visuais, sendo cuidados característicos deste tipo de atividade.

A prática do turismo de aventura requer a utilização de equipamentos de segurança. Munster (2004) tiveram a preocupação de detalhar os equipamentos necessários a este tipo de prática. Descrevem-se a seguir os equipamentos de segurança que foram utilizados pelos deficientes visuais, participantes da pesquisa.

- a) Corda: Possui estrutura comum constituída por um feixe interno de filamentos (denominado **alma**), revestido por um conjunto de fios trançados (denominado **capa**) que lhe confere proteção contra o atrito. O tipo de corda utilizada para o *rappel* e a Escalada pode variar conforme a modalidade praticada. A corda utilizada na Escalada em rocha, deve ser uma corda com propriedade elástica, capaz de absorver e amortecer o impacto em caso de queda. Já a corda utilizada no Rappel deve possuir uma elasticidade menor, desenvolvendo um menor alongamento sob tração;
- b) Fitas: São tiras de nylon ou poliamida com aproximadamente 25 mm de largura e comprimento variado, usualmente costurado ou atado como anéis. As fitas tubulares são mais resistentes e amplamente utilizadas em ancoragens, paradas ou como peças indispensáveis do equipamento de segurança, constituindo a fita solteira ou auto seguro;
- c) Capacete: É feito de plástico injetado e forrado com espuma para absorção dos impactos. Possui regulagem interna e pontos de ajuste e fixação jugular;
- d) Cadeirinha: A cadeirinha é composta por uma única fita que passa pelas costas e contorna a base das coxas do praticante, sendo provida de dois pontos de fixação a um anel metálico;
- e) Mosquetões: São peças feitas de alumínio ou aço de diferentes formatos, com abertura em uma de suas hastes, denominada gatilho, dispondo ou não de mecanismo de trava associado. São utilizados em ancoragens, para acoplar o freio e demais equipamentos à cadeirinha e na extremidade da fita tubular utilizada como solteira ou autosseguro;
- f) Freios: São peças feitas de alumínio ou aço de diferentes formatos na qual passam as cordas ou fitas, sendo que a frenagem é controlada pelo participante na forma de pegada das mãos. Entre os tipos de freios mais utilizados no *rappel*, destacam-se o Oito.

3.3 Descrição comparativa das práticas de turismo de aventura estudadas com videntes e deficientes visuais

3.3.1. Arvorismo

Machado (2005) descreve que a prática de Arvorismo é feita em trilhas suspensas interligando as copas das árvores com diversos níveis de dificuldade a serem vencidas pelos praticantes. A fim de garantir a segurança, o participante permanece preso ao cabo de segurança suspenso durante toda a atividade. Para este autor, são necessários os seguintes equipamentos: capacete, cadeirinha, cabo solteiro ou de alta segurança, que podem ser feitos de fitas tubulares ou cordas.

No local onde as atividades com os DVs foram realizadas, o percurso é composto por oito (8) trilhas com diferentes graus de dificuldades perfazendo um total de 100 metros de comprimento e a uma altura de 30 metros.

A prática do Arvorismo com videntes segue a seguinte rotina: o participante recebe as informações preliminares e se dirige até a área de treinamento onde veste os equipamentos de segurança e logo iniciam a atividade. Com o grupo de DVs, logo após as informações preliminares dos instrutores, o grupo foi acompanhado até a área de treinamento do Arvorismo onde os participantes foram auxiliados para vestirem o equipamento de segurança composto por: capacete; cadeirinha e mosquetão e cabo solteiro (Figura 2 e 3).



Figura 2 : Paulo sendo equipado com cadeirinha.



Figura 3: Juliana já equipada. Alpen Park - Canela - RS 04/03/2009

Considerando o grupo de DVs, a operadora destacou guias individuais. Esta providência foi tomada pelo fato de que até aquela data a operadora ainda não havia tido deficientes visuais praticando Arvorismo. Logo, a experiência com a clientela era inovadora, e como tal, decidiram se cercar de outras formas de segurança para garantir um resultado positivo, conforme afirmou Evandro, um dos proprietários da operadora. Os DVs depois de devidamente equipados passaram pelo processo de treinamento que não difere do aplicado aos videntes.

A área de treinamento é composta por três postes alinhados, com uma distância de 2 metros entre cada um. Na parte superior é preso um cabo de aço que simula o cabo de segurança, nele está instalado o vagão (peça de aço que desliza pelo cabo de segurança) que atravessa um trilho localizado nas curvas de chegada de cada plataforma onde acontece a mudança de pista.

No vagão fica preso o mosquetão, que é preso ao cabo solteiro e este à cadeirinha. Esta etapa foi descrita em detalhes aos Dvs que depois treinaram a articulação do vagão (Figura 4).



Figura 4: O Guia Fiorin aplicando o treinamento de articulação do vagão no cabo de segurança com o DV Paulo. Alpen Park – Canela – RS 04/03/2009

Para os videntes, apenas a apresentação e comentários superficiais são suficientes para a compreensão na execução da atividade. No caso dos Dvs, a descrição verbal detalhada foi importante para elucidar possíveis dúvidas e apreensão dos participantes.

De acordo com Juliana, uma DV, participante do estudo, a forma com que foram passadas as informações pelos guias e a demonstração dos equipamentos individualmente, fazendo-a tocar em todos eles, deu-lhe uma dimensão maior de como a atividade acontece. De resto, disse a depoente: “basta uma mente aberta e vontade de superar desafios”.

Durante a fase de treinamento com os DVs, a pesquisadora questionava os participantes sobre suas expectativas para a atividade proposta. As respostas foram as mais variadas, houve quem se declarou ansioso, outro disse que estava apreensivo, outro cauteloso, mas que depois do treinamento se sentia mais

confiante e seguro. O participante João, o mais velho, com 74 anos de idade e que é muito espirituoso, fez o seguinte comentário: “A cegolândia está aqui em peso para mostrar aos videntes que nós somos capazes de fazer o que muitos não têm coragem”.

Importante ressaltar que o participante João é portador de cegueira adquirida, o que poderia de certa forma, ser um fator impeditivo para a prática de Arvorismo, uma vez que por ter sido vidente algum dia, tinha a noção de altura e dimensionaria a experiência pela qual estaria se submetendo.

Outros participantes que já haviam praticado outras atividades de aventura como a Juliana, portadora de deficiência visual congênita e o participante Mauro, portador de deficiência visual adquirida se manifestaram com tranquilidade, apesar de que era a primeira vez que estavam praticando o Arvorismo.

Todos os participantes do grupo de DV realizaram a atividade de Arvorismo até o final (Figura 5). O que nem sempre acontece com pessoas videntes. Alguns videntes costumam desistir durante a realização do percurso.



Figura 5: O DV Paulo praticando Arvorismo acompanhado do guia Evandro. Alpen Park - Canela RS - 04/03/2009.

O participante Everaldo, portador de deficiência visual adquirida, disse que ao iniciar a prática do Arvorismo, a sensação foi de expectativa, atenção e cuidado a todas as dicas que os instrutores passaram. Mas com o desenrolar da atividade, disse que adquiriu segurança e sentiu um bem estar que foi lhe tomando conta.

No decorrer da atividade, a pesquisadora não observou nenhuma manifestação ou reação distinta por parte de nenhum participante do grupo, embora uns fossem portadores de deficiência visual congênita e outros de deficiência visual adquirida.

3.3.2 Escalada

Na opinião de PAPP (1998) *apud* MUSTER (2004), a prática da Escalada também pode ser realizada em estruturas artificiais como ginásios, academias e parques com diferentes graus de dificuldades, visando reproduzir ou simular as condições naturais de Escalada em um ambiente doméstico. O equipamento necessário para essa prática é: capacete, cadeirinha, mosquetão, cabo solteiro e cordas.

A Escalada realizada de forma cotidiana por videntes, no local onde foi realizada a pesquisa, consiste em escalar uma parede artificial de oito (8) metros apoiando-se em agarras (blocos de resina) que simulam a rocha.

Na realização da Escalada pelo grupo de Dvs, o guia de aventura percebeu a necessidade de detalhar a constituição da parede de Escalada para que os DVs percebessem e formassem a imagem mental do objeto. O que não é necessário se fazer com videntes.

Com os DVs foram feitas algumas adaptações como descrever a atividade. Por ocasiões da experiência de campo o instrutor disse aos DVs: “esta parede é construída em chapas de MDF e fixada no chão através de cabos de aço. Ela tem a altura de 8 metros que simula uma parede rochosa, na qual estão em parafusadas as agarras que simulam pedras onde os escaladores videntes devem utilizá-las como apoio, simulando degraus de escada para apoio dos pés e das mãos como forma de ascendente até o topo.

A partir do momento, a orientação para a execução da atividade de Escalada foi igual a que é repassada aos videntes. Foi dito que os equipamentos de segurança seriam o cabo solteiro que estaria preso à corda de segurança, sendo que esta corda de segurança estaria sendo controlada pelo guia em terra para

garantir que se em algum momento da Escalada o escalador escorregasse ou desistisse, ele estaria seguro pelo cabo e conseqüentemente pelo guia.

Neste momento houve desinteresse de alguns participantes, segundo eles o esforço para ascensão ao topo seria muito grande. Do grupo de 7(sete) integrantes, apenas 3 demonstraram interesse em realizar a Escalada. Dos três participantes que realizaram a Escalada, dois eram portadores de DV adquirida e já haviam participado de atividades de aventura e um era portador de DV congênita e nunca havia participado de atividades de aventura. Dos três, apenas um chegou ao topo da parede. Foi um DV adquirido e nunca havia praticado atividades de aventura, os outros dois desistiram no meio do percurso. O fato da desistência não deve ser relacionado com a deficiência, mas a dificuldade da atividade em si (Figura 6).



Figura 6: O guia Fiorin fazendo a segurança e o Sr. João (DV) iniciando a Escalada. Alpen Park–Canela–RS - 04/03/2009



Figura 7: Sr. João (DV) praticando a atividade de Escalada. Alpen Park–Canela–RS- 04/03/2009

O participante João, que foi o único que atingiu o alto do topo e cumpriu a tarefa (Figura 7), disse o seguinte: “mas que saudades que eu tinha disso, quando eu era guri nós fazíamos muito isso no exército.” Na verdade, a atividade realizada por ele naquele momento lhe reportou a situações prazerosas vivenciadas no período que esteve servindo o exército nacional.

3.3.3 Rapel

Machado (2005) define o Rapel como uma técnica de montanhismo que consiste em descer, de forma controlada, paredes rochosas utilizando-se de cordas, freios, cadeirinha, mosquetão, capacete. No caso da atividade realizada no Alpen Park, na cidade de Canela, a estrutura é artificial, e consiste em uma torre de 15 metros de altura com uma plataforma no topo onde começa a descida (Figura 8).



Figura 8: Torre de Rapel. Alpen Park – Canela – RS 04/03/2009

Os Dvs que não participaram da prática da Escalada demonstraram interesse pelo Rapel. Foi possível perceber que estavam completamente à vontade, integrados ao grupo de guias que lhes orientavam e familiarizados com o local. Demonstravam segurança, não só nos guias, mas em si mesmos no momento de

executar as atividades. Todos os participantes do grupo de DV realizaram a atividade.

Para que fosse possível o início da prática de Rapel, 2 guias subiram ao topo da torre para preparar a ancoragem (amarração) das cordas e aguardar os participantes. Simultaneamente, na base da torre, dois instrutores se encarregavam de descrever o local para os participantes da pesquisa (Figura 9). Esta tarefa foi necessária da mesma forma que na atividade de Escalada, que serviu para os DVs formar imagem mental do trajeto, do deslocamento e dos objetos. Esta tarefa não é necessária quando a atividade é realizada com videntes, portanto se constitui em adequações feitas uma vez que os participantes eram portadores de deficiência visual.



Figura 9: O guia Márcio orientando o Dv Bruno para o procedimento de descida do Rapel.
Alpen Park – Canela – RS – 04/03/2009

Cada DV antes de subir ao topo recebeu treinamento de como deveria proceder com relação à frenagem da corda de segurança, ao longo da descida (Figura 10). Deviam segurar a corda nas costas e a ação de ir soltando a corda pausadamente permitiria seu deslocamento para baixo. Em seguida um a um foi acompanhado até o topo da torre e iniciaram o procedimento de descida.



Figura 10: Os Guias Márcio e Evandro na base da torre de Rapel descrevendo como aconteceria a atividade ao grupo de DVs. Alpen Park – Canela – RS – 04/03/2009

A participante Juliana, após realizar a atividade, disse: “o que eu mais gosto é o Rapel, porque traz sensação de leveza e liberdade, assim como a Tirolesa por proporcionar essas mesmas sensações em dobro. É um desafio constante, é uma superação, pois não sabemos o que vem pela frente, é sempre um caminho novo a percorrer”.

As observações seletivas da pesquisadora por ocasião da prática de Rapel evidenciaram a preocupação redobrada que os instrutores tiveram para garantir a saúde física dos deficientes visuais participantes do estudo, como também dar informações precisas para que se sentissem confiantes (Figura 11).



Figura 11: Paulo praticando Rapel na torre de 15m de altura. Alpen Park – Canela – RS 04/03/2009

3.3.4 Tirolesa

De acordo com Machado (2005), a Tirolesa consiste na travessia suspensa em cabos fixados em dois extremos. As transposições podem ser feitas com uso de um mosquetão e uma roldana, presos ao cabo solteiro e conectado à cadeirinha. Os equipamentos são: capacete, cadeirinha, fitas, mosquetão, corda ou cabo de aço e roldana.

A prática da Tirolesa com os DVs ocorreu após a prática do Arvorismo, despertando uma grande motivação e interesse por parte dos participantes se comparada com as outras 3 práticas de aventura, e foi a atividade que menos houve necessidade de descrições por parte dos instrutores. Todos os participantes do grupo de DV realizaram a atividade.

Os DVs ficavam posicionados um a um na plataforma de saída no topo de uma árvore a 50 metros de altura. A prática consistia em serem lançados presos a um cabo guia e um de segurança, pelo cabo solteiro, por um percurso de 200 metros sobre um vale e retornam por outra Tirolesa de 120 metros de comprimento a 40 metros de altura para voltar ao ponto inicial.

Foi esclarecido que no final da primeira etapa e da segunda, um sistema de freio instalado no final dos percursos reduziria a velocidade até a parada completa e também que haveria um guia à espera deles para acompanhá-los até o próximo ponto (Figura 12).



Figura 12: Everaldo na plataforma de saída da Tirolesa. Alpen Park – Canela – RS 04/03/2009

A participante Juliana questionou como poderia saber quanto seria o tempo de duração do percurso. O guia Márcio sugeriu que ele fosse o primeiro participante a fazer o percurso e que começaria a gritar logo no início e só pararia quando chegasse ao final (Figura 13). Procedendo desta forma, os outros DVs perceberiam

a extensão da Tirolesa. Tal procedimento foi adotado, o que serviu de referências aos demais deficientes visuais praticantes da prática de Tirolesa.

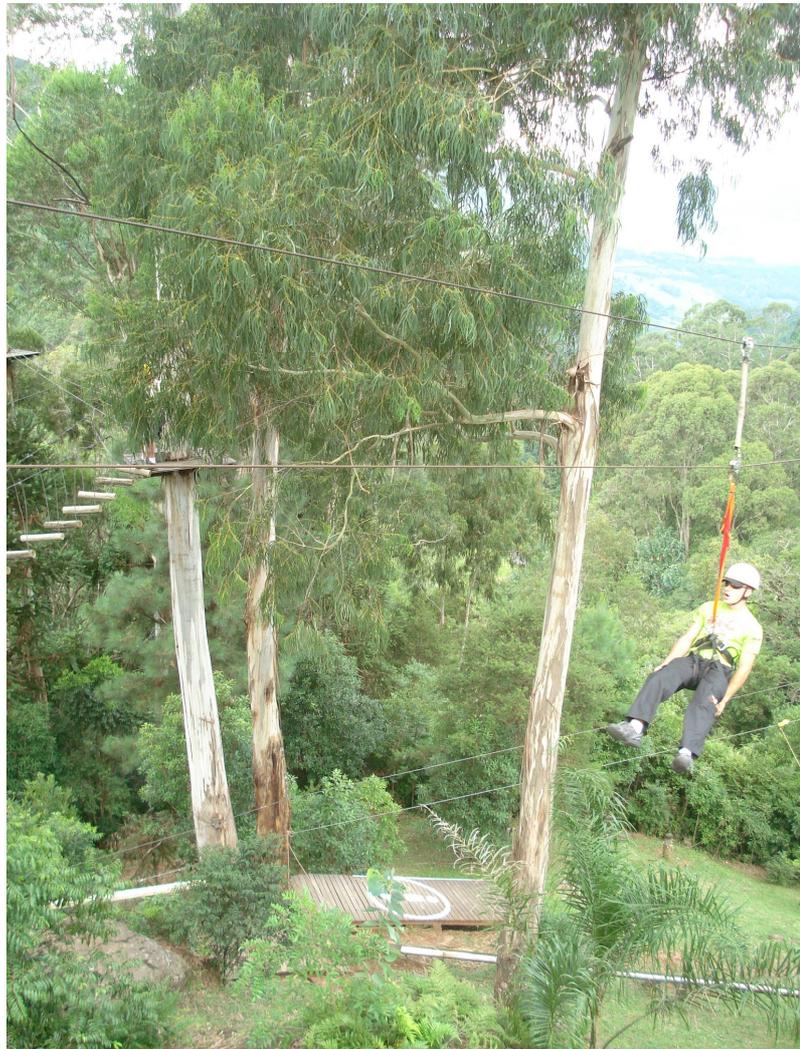


Figura 13: Márcio no início da Tirolesa gritando para os Dvs perceberem a extensão do percurso.
Alpen Park – Canela – RS 04/03/2009

A atividade da Tirolesa transcorreu nas mesmas condições que ocorrem com as pessoas videntes, não necessitando de adaptações. Antes de realizarem a atividade, a pesquisadora indagou: Vocês pensam que há alguma dificuldade para realizar a atividade? De forma unânime responderam que não haveria nenhuma dificuldade e que estavam ansiosos. As expectativas eram positivas e variadas.



Figura 14: Everaldo chegando da Tirolesa - Alpen Park – Canela – RS 04/03/2009

Após a realização da atividade foi possível observar que os DVs estavam eufóricos. Era evidente a satisfação (Figura 14). A alegria se fazia presente em seus rostos. Paulo disse: “sempre dá um frio na barriga, mas a emoção é super e o sentimento que fica é o de superação e de vencer barreiras”.

3.4 Descrição das categorias de análise

Com o propósito de ter mais elementos para discutir e interpretar as informações produzidas pela pesquisa, reuniram-se as informações em duas grandes categorias, por um lado as expectativas dos deficientes visuais frente às práticas de aventura vivenciadas, por outro, as preferências, aspectos sociais e as dificuldades decorrentes das práticas de aventura vivenciadas pelos participantes da pesquisa.

3.4.1 Expectativas dos Deficientes Visuais

Os participantes foram entrevistados pela pesquisadora, que indagou o que os havia levado a praticar “turismo de aventura” e as expectativas que tinham com a prática.

Everaldo (DV adquirido) disse: O que me levou a praticar turismo de aventura foi a vontade de ter um maior conhecimento em relação a este tipo de

atividade esportiva e a superação de novos desafios. A expectativa inicial era curiosidade e medo. De um lado, o entrevistado buscava superar-se ao realizar a atividade mesmo sendo portador da deficiência, por outro, angústia gerada pelo preconceito que tinha em relação ao esporte de aventura. Depois de realizar a atividade, tomou consciência da segurança que a prática desta atividade oferece.

Bruno (DV adquirido) respondeu ao mesmo questionamento dizendo que as expectativas eram as dúvidas em relação ao perigo que correria. Mas disse que após a realização das atividades teve uma sensação de vitória e sentiu o sabor de ter superado algo. Argumentou que o sabor de superação para o DV que não enxerga, é um valor indescritível com palavras, face ao sentimento de ter enfrentado a altura, a velocidade, a sensação de perigo e muito mais. Quanto à decisão de praticar o turismo de aventura, foi enfático em dizer que tinha confiança nos instrutores e equipamentos.

Mauro (DV adquirido), antes de responder aos questionamentos, disse: “não é a primeira vez que participo de atividades de aventura, fiz porque faz bem para o ego e para o espírito, e a minha expectativa é a de vencer barreiras e acabar com o preconceito de que o deficiente é incapaz”.

Os depoimentos apresentam uma convergência significativa que é a necessidade de o portador de Deficiência Visual ter de vencer barreiras para mostrar-se uma pessoa capaz de aprender e de superar desafios e preconceitos que ainda existem frente às deficiências. Este aspecto foi bem destacado pelos participantes praticantes de turismo de aventura.

Os participantes, quando questionados sobre as possibilidades das experiências vivenciadas, promoveram modificações na sua forma de encarar a vida. Deles obtiveram-se as seguintes respostas: para o Everaldo, a experiência elevou sua auto-estima, a autoconfiança, já que permitiu refletir que pode vencer barreiras da vida, que quando encaradas elas se tornam menores. Concluiu que a prática do esporte de aventura é muito mais prazerosa e segura do que pensava, permitindo que ele se sentisse mais feliz, mais integrado e atuante no meio social.

Bruno fez o seguinte comentário: “quando cheguei a casa tomei consciência que aquele teria sido um dos dias mais importantes da minha vida, nem quando enxergava passei por tais experiências”. Disse ainda o participante: “Talvez se enxergasse teria mais medo de encarar. Depois desta linda e desafiadora experiência, me sinto mais capaz diante dos obstáculos. Ficou muito evidente minha

autoconfiança. Isto tudo me abriu um horizonte de possibilidades até então não pensada por mim. Indico e recomendo para os amigos e quero me tornar um praticante.

Egídio deu um depoimento “sui generis” ao afirmar o seguinte: “me sinto como se enxergasse de novo, pois a adrenalina é muito grande, ao final das atividades me senti muito bem comigo mesmo. A Autoestima aumentou muito. Só tenho a agradecer a estas pessoas que proporcionam esta experiência a um deficiente como eu!”.

João ao falar de sua experiência e suas expectativas relatou: “O que eu conhecia era o que havia praticado no exército. Nós fazíamos como treinamento, mas não sabia que a gurizada estava fazendo isso para se divertir. Fiquei um pouco preocupado, é que quando falaram da altura, eu como já um dia enxerguei, entendi o que estavam dizendo. É bem alto mesmo, mas a gente tem que ter coragem, não tive muito medo, só preocupação. A gurizada explicou como nós estaríamos seguros e eu confiei neles”. E depois? “Bah! Maravilhoso que sensação gostosa na Tirolesa o vento batendo no rosto, aquele cheirinho de mato úmido e molhado. Tinha que fazer de novo para poder sentir melhor, é muito rápido.”

E o Arvorismo, pergunta a entrevistadora? Ele responde: É muito interessante, quando você está começando a aprender uma trilha já muda para outra. É uma surpresa atrás da outra, dá até para perceber os passarinhos passando perto da gente, disse o entrevistado. Mas na prática da Escalada quase que desisti, como eu não enxergo, tinha que ficar Tateando, procurando onde estavam as “pedras” (agarras). E você sabe, a gente não é mais guri né, e fica cansado, mas tu viu não é? “O veio aqui bateu muito guri novo, fui o único que bati o sino. Você filmou?” E arrematou dizendo: “Antes eu tinha medo de bater num poste, de me machucar na rua. Agora eu bato no poste, derrubo um orelhão e vou embora”.

Mauro opinou que apesar da deficiência visual ser uma constante em suas vidas, acreditava que sempre serão capazes de superar novos desafios. Com base nos depoimentos aqui transcritos se pode inferir que o cego à medida que vai adquirindo autoconfiança, perde progressivamente o medo de se exteriorizar corporalmente, retração que ocorre com aqueles que são acometidos de cegueira.

3.4.2 Preferências, aspectos sociais e dificuldades decorrentes das práticas de aventura

Dentre as quatro experiências de prática de aventura as quais foram submetidos os portadores de Deficiência Visual, foi possível constatar que houve um consenso ao elegerem o Arvorismo e a Tirolesa como as práticas mais interessantes.

Everaldo opinou que as duas práticas provocaram a produção de adrenalina na medida certa para o seu gosto. Bruno comentou que sua preferência pelo Arvorismo e a Tirolesa deu pelo fato de ser um desafio de resistência e equilíbrio corporal.

A prática do turismo de aventura fez com que os deficientes visuais participantes do estudo ampliassem suas percepções sobre outras questões. Por exemplo, Bruno relatou o seguinte: “percebi a curiosidade das pessoas pelo turismo de aventura, e o comentário que ouvia das pessoas era de que se **ele** (cego) pode, eu também posso”. Isto demonstra que a ansiedade desencadeada pelos videntes, não é diferente daquelas que os cegos sentiram antes das práticas de aventura.

João fez questão de destacar o seguinte: “Me senti importante, tinha assunto a mais para contar. Falar coisas diferentes que muita gente que enxerga não tem coragem de fazer”.

Para Juliana que declarou que não tem dificuldades de fazer amizades, as atividades de aventura, fizeram com que tivesse que ouvir, encorajar e dar força uns aos outros e confiar no grupo de instrutores. Everaldo, disse que do ponto de vista social houve um ganho nas relações com as outras pessoas, sejam DVs ou videntes, pois acredita que aumentaram as relações interpessoais, intrapessoais e de confiança no outro.

Os participantes também foram questionados sobre a existência de dificuldades e/ou impedimentos para realizarem turismo de aventura. Frente ao questionamento, Everaldo respondeu que não teve grandes dificuldades, porque os instrutores passaram as informações para que ele se sentisse seguro.

Quando questionados se seria necessário alguma adaptação ou modificação para facilitar a prática das modalidades praticadas, Mauro respondeu que no seu entender todas as atividades foram bem planejadas e estruturadas. Disse que a única dificuldade que sentiu foi realizar a prática do Arvorismo, uma vez que era algo

novo para ele, que logo superou as dificuldades iniciais. João comentou que não fora necessário nenhum tipo de adaptação, uma vez que o instrutor explicou muito bem o que deveriam fazer. Tais procedimentos adotados por parte dos instrutores fez com que ainda aumentasse a sensibilidade, a atenção e melhora da atividade mental.

Ao ser indagado se as experiências vivenciadas promoveram formas de encarar a vida, uma vez que é portadora de deficiência visual, Juliana respondeu que se sentia muito feliz por praticar atividades de aventuras e por saber que lhe fazia tão bem. Disse a participante: “Se as pessoas soubessem o prazer e a alegria que isso nos dá, certamente não viveriam tão estressadas. Penso que mudar os hábitos de vida também poderia ajudar e diminuir o estresse que tantas pessoas sentem. Se sentir livres, se soltar sabendo que isso só faz bem e nos faz mais confiantes poderia ser uma forma de motivação para enxergar a vida com outros olhos. As coisas estão ao nosso alcance, nós é que às vezes nos fechamos para elas”.

Estas informações atestam cada vez mais que o Turismo de Aventura também pode ser praticado por pessoas com deficiência. Tal perspectiva fortalece a posição de que com determinação e força de vontade as barreiras sejam de que natureza for pode ser vencidas. As atividades de aventura, realizadas na natureza, estimulam a autossuperação, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do equilíbrio corporal, a ampliação das capacidades coordenativas e de autorrealização das pessoas que praticam estas atividades.

Enfim, o Turismo de Aventura é uma segmentação da atividade turística que prioriza o contato com a natureza através de atividades físicas individuais ou em pequenos grupos e pode ser utilizada por pessoas portadoras de diferentes deficiências, uma vez que os processos de segurança são determinantes para a realização das atividades.

Atualmente, as atividades de aventura ainda não atendem a um contingente grande de pessoas portadoras de deficiências. Por um lado, pela falta de melhores condições de acessibilidade, por outro, por falta de programas e projetos voltados para estes segmentos sociais. Para que os deficientes sejam inseridos na atividade turística, são fundamentais políticas públicas e adequação de equipamentos e serviços turísticos para que os entretenimentos e lazeres para este público sejam ampliados.

4 DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Nesse segmento da dissertação, o propósito é discutir e interpretar as informações com foco no problema, questões e objetivos da pesquisa, cotejando com a literatura pertinente à temática. É importante realçar que a literatura pertinente ao turismo de aventura com deficientes visuais, ainda é muito limitada, uma vez que ainda são poucos os estudos realizados com essa clientela. Todavia, considerando que o Alphen Park de Canela é um dos poucos lugares que oferece o Turismo de Aventura como produto turístico e que aceitou o desafio da experiência, as discussões ficam limitadas à experiência empírica realizada e ao reduzido número de participantes de deficientes visuais.

Vygotski (1997) é enfático ao dizer que a fonte de compensação na cegueira não é desenvolvimento do tato ou maior sutileza do ouvido, mas a linguagem, isto é, a utilização da experiência social, a comunicação com os videntes.

Quando questionados sobre as dificuldades de realizarem as atividades, o posicionamento de Everaldo foi que não teve nenhuma grande dificuldade porque os instrutores passaram as informações para que ele se sentisse seguro. Neste sentido também João fez o seguinte comentário: “nada, nada, não tive dificuldades. Está tudo certo; O Fiorin explicou bem”.

Vygotski (1997) entendia que o desafio frente à cegueira deveria ser pautado por três estratégias: a profilaxia social, a educação social e o trabalho social para os cegos uma vez que o problema se apresenta como sócio-psicológico, e não como biológico ou de qualquer outra ordem. Sua opinião era que a ciência contemporânea deveria conceder aos cegos o direito ao trabalho social não em formas humilhantes, filantrópicas, mas em formas que respondam à autêntica essência do trabalho, uma vez que essa é a única capaz de criar para a personalidade a necessária posição social.

Pensando nesta mesma direção, a pesquisadora percebeu que o deficiente visual não fica impedido da prática do turismo de aventura em face de deficiência da qual é portador. Esta forma de pensar fica evidente no depoimento de Everaldo quando disse: o deficiente visual pode participar das atividades de aventura, bastam pequenas adaptações [...] a deficiência está na sociedade e não na pessoa. Os relatos dos participantes portadores de deficiência visual reforçam a tese de que o turismo de aventura necessita de cuidados para evitar possíveis acidentes, seja o

praticante vidente ou portador de deficiência visual. Esta questão ficou muito evidente na pesquisa realizada.

De acordo com Vygotski (1997), cada ser humano percebe as coisas de forma distinta. Os mesmos estímulos são captados de forma diferentemente entre cada sujeito. Conforme o conceito de percepção, cada pessoa dá uma significação diversa ao mesmo estímulo. Logo, se pode inferir que a prática do turismo de aventura se sustenta nos cuidados que devem ser tomados para evitar acidente, independente se o praticante é um vidente ou um portador de deficiência visual.

Todavia, existem outras variáveis que podem contribuir para alterar a percepção. Uma delas, mencionada por Rodrigues (1979), diz respeito ao preconceito que consiste em atitude negativa, aprendida, dirigida a um grupo determinado. O preconceito, afirma o autor, não é inato, é condicionado. Determinadas características de personalidade fazem com que a pessoa incorpore preconceitos que não são sentidos por outras.

A opinião manifestada por Evandro, guia de turismo de aventura que interagiu com os DV, vem ao encontro à forma de pensar de Rodrigues, quando diz que: “a deficiência é a sociedade que nos coloca, que medo e impossibilidade de execução é a sociedade que impõe, fruto da desinformação.”

No estudo de Dolci (2004), foi observado que os participantes entenderam que tanto o Rafting quanto a Corrida de Aventura propiciam o contato com a natureza, aspectos cada vez mais relevantes quando a análise recai sobre o “habitat” que vive o homem contemporâneo. O mesmo observou-se nesta pesquisa tomando como evidência o depoimento de João quando questionado sobre a experiência vivida, respondeu de maneira espontânea:

Bah, foi maravilhoso. Que sensação gostosa na Tirolesa, o vento batendo no rosto e aquele cheirinho de mato úmido e molhado. Tinha que fazer de novo para poder sentir melhor. Foi uma surpresa atrás da outra, dá até para perceber os passarinhos passando perto da gente.

No trabalho de Dolci (2004), a pesquisadora constatou que com relação à superação de desafios e busca de sensações difusas, sua pesquisa apontou que as pessoas buscam nas atividades de aventuras superação dos limites pessoais. O desafio como fator motivador, e superação das expectativas que os próprios participantes têm de si mesmos. O mesmo foi constatado na experiência do turismo de aventura com os deficientes visuais. Isto ficou evidente no comentário do Mauro

quando disse: Apesar de a deficiência visual ser uma constante nas nossas vidas, sempre se pode superar novos desafios.

Com semelhante percepção Bruno comentou:

Talvez se enxergasse teria mais medo de encarar essa experiência. Depois desta linda e desafiadora experiência, me sinto mais capaz diante dos obstáculos que tenho que superar. Ficou mais evidente a confiança em mim mesmo. Isso tudo me abriu horizontes de possibilidades até então não pensada por mim. Indico e recomendo para os amigos e quero a partir de agora me tornar um praticante.

Egídio ao externar sua opinião, disse:

Sinto-me como se enxergasse de novo, pois a adrenalina é muito grande. Ao final das atividades me senti muito bem comigo mesmo, a autoestima aumentou muito. Só tenho a agradecer a estas pessoas que me proporcionaram isto a um deficiente como eu.

No estudo de Dolci (2004), a Corrida de Aventura é sob a ótica da autora uma afinidade entre os participantes, eles se identificam com seus pares formando equipes. Finalmente a autora conclui que a atividade de aventura realizada em grupo tem um forte elemento motivacional, de autoafirmação e pertencimento.

Este mesmo comportamento foi observado nos participantes deficientes visuais que realizaram as atividades de aventura, embora os DVs realizassem as atividades individuais. O sentimento de pertencimento e motivação coletiva também aconteceu com os DVs. Esta afirmação se evidencia na fala de Juliana quando disse: *As atividades de aventura fazem a gente ouvir os outros, encorajarem um ao outro, dar força e confiança ao grupo.*

Embora o grupo de DVs tivesse vivenciado as atividades individualmente, o sentimento de pertencimento e de motivação coletiva ocorreu. A fala entusiasmada de um motivava e contagiava os outros a realizarem as atividades.

Dolci (2004) afirma que no espaço de aventura, o indivíduo se lança num duplo processo de busca, por um lado, explora a natureza repleta de surpresas, por outro, se encaminha na direção de satisfazer a si mesmo, confortando seu mundo interior.

Na prática do turismo de aventura, a pesquisadora diz que o objetivo principal é a pessoa superar o medo. A pessoa necessita ter coragem, audácia, ousadia, criatividade e flexibilidade e espírito solidário para encarar e superar os obstáculos com os quais se depara nas experiências.

Essas questões estão presentes no comentário feito por Juliana. Disse a participante DV:

A atividade de aventura permitiu que a gente se sentisse livre, se soltasse, sabendo que isso só faz bem e nos faz mais confiantes. Poderia ser uma forma de motivação para enxergar a vida com outros olhos, as coisas estão ao nosso alcance, nós é que às vezes nos fechamos para elas.

O estudo de Dolci (2004) foi realizado com videntes, mas o cenário foi o turismo de aventura. Esse estudo utilizou o mesmo cenário, todavia, com deficientes visuais, e os achados reforçam as evidências que ambos os estudos produziram.

A pesquisa de Munster (2004) também tem relevância quando vista à luz deste estudo, porque foi realizada com DVs e em atividades realizadas na natureza que muito se assemelham ao estudo que realizamos – Turismo de Aventura e deficientes visuais.

Segundo Munster (2004), frente à imprevisibilidade do ambiente natural, a prática de esportes na natureza requer constantes ajustes da lógica interna do praticante às condições do meio. O processo de adaptação motora a situações inusitadas implicou em maior exigência das capacidades e habilidades físicas do indivíduo, o que consistiu em significativas contribuições ao repertório motor e possibilidades de ampliação do domínio corporal. Tais fatos implicaram em benefícios no desenvolvimento motor da pessoa com deficiência visual, sobretudo aos aspectos relacionados ao equilíbrio, locomoção e orientação espacial.

Há aderência do comentário de Munster (2004) ao depoimento de João quando ele se refere à prática do Arvorismo:

É muito interessante quando se está começando a aprender uma trilha e muda para outra. A atividade faz com que aumente a sensibilidade, a atenção. Melhora a atividade mental, e a agilidade.

Munster (2004) comenta que não é preciso ser atleta ou possuir talentos especiais para vivenciar esportes na natureza. Entende que a sua prática, quando realizada segundo os princípios pedagógicos e normas básicas de segurança, pode ser acessível a pessoas com deficiência visual. O mesmo observou-se no grupo que realizou atividades no Alpen Park. Além de serem deficientes visuais, constatou-se que nenhum dos participantes tinha porte atlético, e mesmo assim isso não se caracterizou como fator impeditivo na prática das atividades por eles experimentada por ocasião da experiência empírica.

Dolci (2004) também verificou que as atividades realizadas em grupos como Rafting e Corrida de Aventura permitem uma intensa comunhão com a natureza,

que é percebida de forma diferenciada proporcionando um sentimento de unidade e respeito entre o corpo e o meio ambiente.

Munster (2004) concluiu que o desafio implícito na vivência de esportes na natureza proporcionou autoconhecimento acerca dos limites e possibilidades individuais, predispondo o praticante a modificações internas. O enfrentamento de adversidades inerentes a tais práticas conduziu ao sentimento de autossuperação e autorrealização, propiciando transformações nas relações intrapessoais, que puderam ser estendidas à vida cotidiana de algumas das pessoas com deficiência visual envolvidas naquela pesquisa.

Essas questões também se mostraram evidentes no estudo que realizamos. A evidência aparece no relato de Bruno aos seus familiares. Disse o participante: Percebi a curiosidade das pessoas pelo turismo de aventura, e o comentário deles era: se ele (cego) pode, eu também posso.

Nesta mesma linha, João relatou o seguinte: senti-me importante, tenho assunto para contar, falar coisas diferentes que muita gente que vê, não tem coragem de fazer.

Everaldo, ao ouvir João falar, complementou dizendo que a experiência vivenciada elevou sua autoestima e confiança. Disse também:

Percebi que posso vencer as barreiras da vida e que quando encaradas se tornam muito menores. Como no caso do turismo de aventura, que é muito prazeroso e mais seguro do que se pensa inicialmente. Graças à experiência sou mais feliz e me sinto mais integrado e atuante no meio social.

Os depoimentos dos participantes da pesquisa colocam de manifesto que o turismo de aventura não é apenas mais uma alternativa aos portadores de deficiência visual, mas, sobretudo, é uma atividade que contribui de forma significativa para aumento da autoestima e do autoconhecimento, permitindo que os portadores de DV se superem e tenham oportunidades de experimentar sentimentos e sensações que a priori são oferecidas aos videntes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os sujeitos do estudo e o contexto que foi investigado, o problema que se apresentava era: Qual a percepção pessoal do deficiente visual quando pratica turismo de aventura nas modalidades de arvorismo, escalada, rapel e tirolesa?

Verificou-se que para a prática das modalidades de turismo de aventura estudadas, não houve a necessidade de adequações especiais de infraestrutura para os deficientes visuais realizarem as atividades.

Todavia, a prática das atividades de aventura com deficientes visuais necessitou de uma adequação de comunicação das informações, o que não se faz necessário quando o praticante é vidente. A prática das atividades de aventura com deficientes visuais requer explicações mais detalhadas e contatos táteis com os equipamentos, para que cada participante possa formar imagem mental.

Na prática do Arvorismo, especificamente, os gestores da operadora acharam por bem colocar um guia para cada Dv. Este procedimento foi mais uma estratégia de segurança da operadora, uma vez que tanto os Dvs quanto a empresa não haviam tido experiências anteriores nesta modalidade. Após a realização da atividade, tanto os Dvs participantes, quanto os guias, concluíram que não havia necessidade para tal medida.

Sentimentos de realização, prazer, alegria, companheirismo e elevação da autoestima foram sensações expressadas pelos participantes, tanto pelos portadores de deficiência congênita como adquirida.

Na percepção dos turistas deficientes visuais a prática do Turismo de Aventura é uma relevante alternativa de lazer e de desenvolvimento intra e interpessoal, tendo reflexos positivos no cotidiano dos portadores de deficiência visual. O fato de terem contato com a natureza e praticarem atividades tidas como difíceis e perigosas para o senso comum, geram neles um sentimento de capacidade de realização, de melhoria da autoestima, e a possibilidade de participar de forma integrada com videntes desta modalidade de turismo.

Importante também destacar que dentro dos segmentos do turismo, o deficiente visual participa sempre como sujeito passivo, portanto há sempre um intérprete entre o DV e o atrativo, pois em sua maioria os estímulos do turismo são na sua maioria visuais.

Finalmente, considerando o resumido número de participantes portadores de deficiência visual que participaram da pesquisa, que não deixa de ser uma limitação do estudo, o Turismo de Aventura, como um segmento turístico, mostrou-se como alternativa turística positiva aos deficientes visuais, uma vez que na realização das atividades, o portador é um sujeito ativo, no sentido em que desfruta das emoções e sentimentos por si só, sem a necessidade de um interlocutor.

REFERÊNCIAS

ABETA – Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura. **Informativo Promoção da acessibilidade em equipamentos, atrativos e serviços turísticos.** Brasília, 2006.

Associação Férias Vivas. Dicas de Atividades Turismo e Lazer. Associação Férias Vivas. Moema/São Paulo, 59 p., s/d.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo.** 6ª edição. São Paulo: Senac, 2001.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em www.ibge.org.br, acesso em 15 de outubro de 2006.

CONFORTO, Andréa Poletto Sonza; SANTAROSA, Lucia Maria Costi. **Ambientes digitais virtuais:** acessibilidade aos deficientes visuais. Disponível em www.google.com.br, acesso em 15 de outubro de 2006.

DOLCI, Tissiane Schimidt. **Turismo de Aventura:** Motivações e Significados. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul. Caxias, Rio Grande do Sul, 2004, 141p.

FARAH, S. D. **Políticas de Incentivo ao turismo de aventura no Brasil:** O papel do Ministério do Turismo. In: UVINHA, R. R. (Org.). Turismo de Aventura: Reflexões e Tendências. São Paulo: Alphen, 2005, p. 25-42.

GASTAL, Susana. **Turismo, Imagens e Imaginários.** São Paulo: Aleph, 2005

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo:** Um produto viável - A experiência do Rio Grande do Sul. SENAC, 2005.

MARTIN, Manuel Bueno, BUENO, Salvador Toro. Deficiência Visual: Aspectos Psicoevolutivos e Educativos. Trad. Magali de Loudes Pedro. São Paulo, livraria Editora Ltda. 2003.

MELO, C. P. **Pessoas deficientes:** algumas coisas que é preciso saber. São Paulo: Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente, 1986.

MILLINGTON, K., LOCKE, T. **Occasional studies: adventure travel.** Travel and Tourism Analyst, 4, PP.65-97.

MTUR. **Regulamentação, Normatização e Certificação em Turismo de Aventura** – Relatório Diagnóstico – Brasília, 2005

MTUR. **Turismo de aventura - orientações básicas** - Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura. Mtur, 2006

MTUR. **Segmentação do Turismo - Marcos Conceituais** - 2006

MUNSTER, Mey da Abreu Van. **Esportes na Natureza e Deficiência Visual**: uma abordagem pedagógica Campinas: SP, 2004 (tese de doutorado).

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativas. IN: Molina Neto, V. & Triviños, A. N. S. **A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS. 2^a Ed. 2004.

OMT, Organización Mundial Del Turismo. **Agenda para a Planificadores Locales: Turismo Sostenible y Gestión Municipal**. Madrid: Edición para America Latina y El Caribe, 1999

PEREZ, A. R. e TORRES, C. V., **Imagem do Brasil como Pais de Destino Turístico**: Uma Pesquisa da Psicologia do Consumidor. Turismo: Visão e Ação – 2004

Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura. Relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005, 92 p.

RODRIGUES, A. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979

SWARBOOKER, John. **Turismo de Aventura**: Conceitos e Estudos de Casos. 1^o edição. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SWARBROOKE, J. e HORNER S., **O Comportamento do Consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002

Turismo de Aventura: Orientações Básicas. Ong-Tour – Organização Não-governamental para o Desenvolvimento do Turismo. Apoio do Ministério do Turismo e Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Coordenação-Geral de Segmentação. Brasil, 2006, 47p.

VYGOTSKI, L. S. El niño ciego. In: **Obras Escogidas V – Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor Dis., S.A. , p. 99-113., 1997

APÊNDICE A - Ficha cadastral**DADOS PESSOAIS**

Nome: _____ Data de Nascimento: _____
 Idade: _____ Endereço: _____
 Bairro : _____ CEP: _____
 Cidade: _____ Estado: _____
 Telefone Com: _____ Cel: _____
 Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado
 Mora com alguém? _____ Quem? _____
 Tem filhos? _____ Quantos? _____
 Escolaridade: _____ Profissão: _____
 Local onde Trabalha: _____ Outras atividades: _____
 Observações: _____

DEFICIÊNCIA VISUAL

Classificação: _____ () Congênito () Adquirido
 Causa da deficiência: _____ Há outro caso na família?
 Há quanto tempo possui? _____

Informações Funcionais da Visão:

- Percebe luz? _____
- Distingue formas/ vultos? A que distância? _____
- Identifica cor? _____
- Consegue ler impresso? _____
- Utiliza o Braille? _____
- Utiliza bengala p/ locomoção? _____

Informações sobre a prática da atividade:

Como ficou sabendo sobre o turismo de aventura?
 Desde quando você participa dele?
 O que o levou a praticar?
 Por quais atividades possui maior ou menor interesse?
 É necessário algum tipo de equipamento adaptado?
 Já praticou quais atividades? _____ Onde?
 Quando?
 Relate um pouco sua expectativa antes de participar das atividades? E depois?

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista: _____

01) O que o(a) levou a praticar Turismo de Aventura?

Qual sua expectativa inicial em relação a este?

02) De quais atividades você teve oportunidade de participar?

() Trilha () Rafting () Rappel () Escalada () Tiroleza ()
Cascading () Arborismo Outros _____

03) Entre as modalidades vivenciadas, com qual você mais se identificou? Por quê?

04) Você já tinha tido contato com os ambientes naturais visitados? Quando? De que forma?

05) Quais foram as sensações físicas (relacionadas aos órgãos dos sentidos) mais significativas durante a vivência do turismo de aventura?

06) Do ponto de vista emocional, você sentiu alguma modificação em seus sentimentos (autoconfiança, autorrealização, autoestima, autoconhecimento)?

07) Do ponto de vista social, você observou alguma alteração nas suas relações sociais? Quais?

08) Entre os lugares que visitou, a qual deles gostaria de retornar? Por quê?

09) Durante as viagens você teve contato com novos costumes e hábitos culturais? Quais?

10) Você participou de algum treinamento específico antes de começar a praticar turismo de aventura?

11) Você teve alguma dificuldade com as modalidades vivenciadas? Qual? Esta dificuldade foi superada? Como?

12) Você tem alguma sugestão para facilitar a prática das referidas modalidades? Qual?

13) Por que você optou pelo turismo de aventura em detrimento a outro tipo de lazer?

14) De algum modo as experiências vividas promoveram modificações na sua forma de encarar a vida? Fale um pouco sobre isso:

APÊNDICE C - Relatório de observação

Data: ____ / ____ /2008

Participante:

Local:

Atividade:

Descrição da Atividade

Observação:

APÊNDICE D - declaração e permissão

Declaro para os devidos fins que permito à estudante de mestrado em turismo DENISE HOLLEBEN, utilizar minha imagem e revelar meu nome em sua dissertação de mestrado.

Bruno Almir Maran Begotto

Everaldo Carniel

Juliana Grando Peixoto

Paulo Ricardo Bernardes Machado

Egidio Bez

João Alves dos Santos

Mauro Larentis

Bento Gonçalves, 20 de junho de 2009.

APÊNDICE E - Apresentação da dissertação em braile

ANEXO 1 - NBR 15286









ANEXO 6 - Apresentação da dissertação em braile